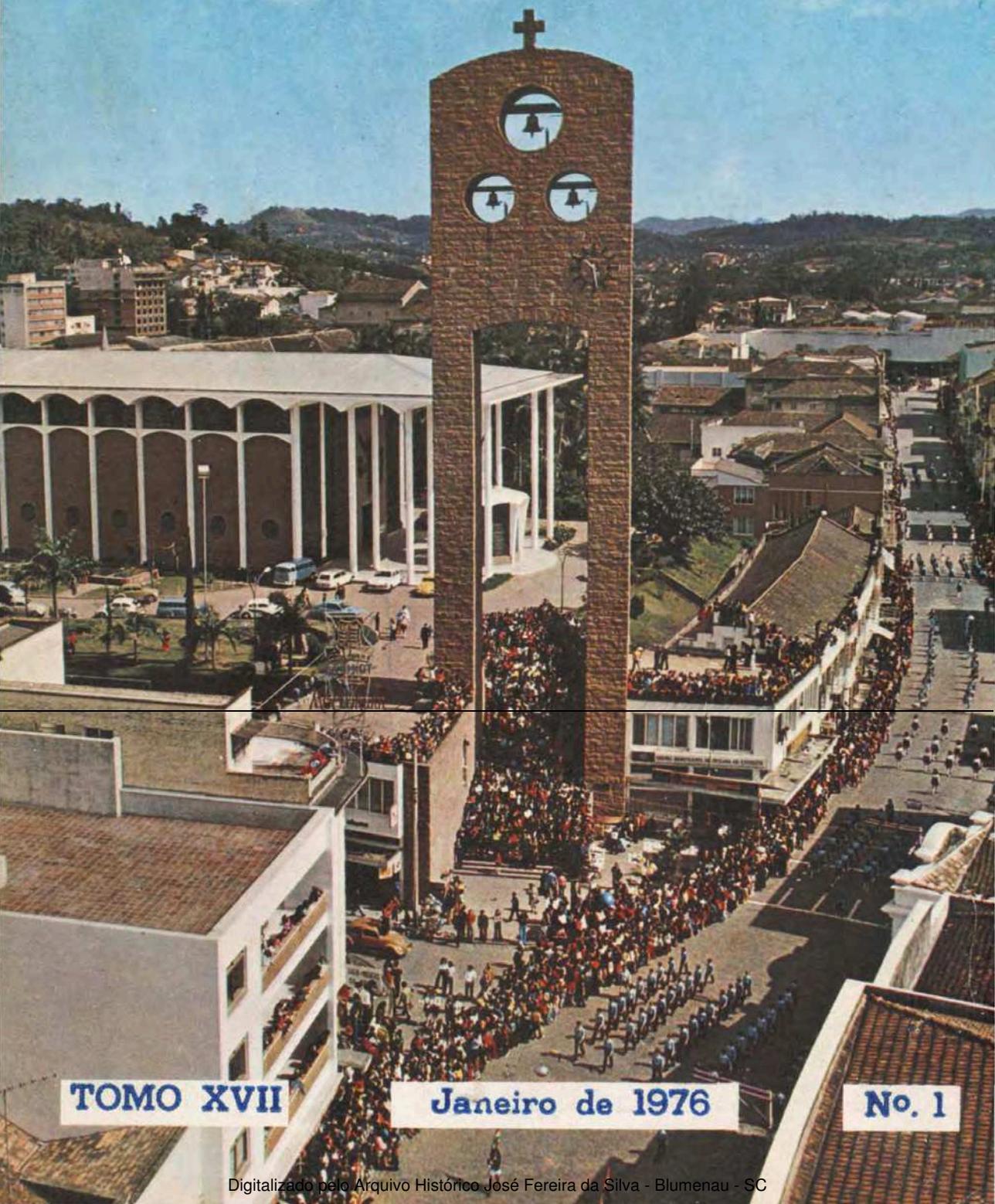


Blumenau em Cadernos



TOMO XVII

Janeiro de 1976

No. 1

FUNDAÇÃO "CASA DR. BLUMENAU"

Instituída pela Lei Municipal Nº. 1835, de 7 de abril de 1972

Declarada de Utilidade Pública pela Lei Municipal nº. 2028 de 4/9/7

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425

89100 B L U M E N A U

Santa Catarina

Instituição de fins exclusivamente culturais

São objetivos da Fundação:

Zelar pela conservação do patrimônio histórico e cultural do município;

Organizar e manter o Arquivo Histórico do Município;

Promover a conservação e a divulgação das tradições culturais e do folclore regional;

Promover a edição de livros e outras publicações que estudem e divulguem as tradições histórico-culturais do Município;

Criar e manter museus, bibliotecas, pinacotecas, discotecas e outras atividades, permanentes ou não, que sirvam de instrumento de divulgação cultural;

Promover estudos e pesquisas sobre a história, as tradições, o folclore, a genealogia e outros aspectos de interesse cultural do Município;

A Fundação realizará os seus objetivos através da manutenção das bibliotecas e museus, de instalação e manutenção de novas unidades culturais de todos os tipos ligados a esses objetivos, bem como através da realização de cursos, palestras, exposições, estudos, pesquisas e publicações

A Fundação "Casa Dr. Blumenau", mantém:

Biblioteca Municipal "Dr. Fritz Müller"

Arquivo Histórico

Museu da Família Colonial

Horto Florestal "Edite Gaertner"

Edita a revista "BLUMENAU EM CADERNOS"

Tipografia e Encadernação

(exclusivamente para serviços internos)

Conselho Curador: *Hercílio Deeke* - presidente

Edison Mueller - vice-presidente

Membros: *Elimar Baumgarten* — *Christiana Deeke Barreto* —

Isolde Hering d'Amaral — *Rolf Ehlke* — *Nelo Osti*

Diretor Executivo: *Federico Carlos Allende*

Blumenau

em Cadernos

TOMO XVII

JANEIRO DE 1976

Nº. 1

ASSUNTOS LAGUNENSES — IV

UM DESAFORTUNADO ESCRIVÃO

OSWALDO R. CABRAL

José Coutinho de Vasconcelos era um dos moradores da Vila da Laguna, aí pelos meados do Século XVIII e, sabendo um dia, que estavam vagos os Ofícios de Tabelião do Público, Judicial e Notas, de Escrivão da Câmara e mais anexos, achou que tais empregos lhe serviam a calhar e, não teve dúvidas — requereu-os ao Governador da vila e Praça de Santos, a que estavam sujeitas, em 1742, as Justiças da Laguna.

Servindo aos ditos empregos estava então um outro morador da Vila, seja dito de passagem, um tal de José Francisco, mas constava, pública e notoriamente, que os servia sem vinculo legal, pois, não havia tirado o necessário provimento. Era, pelo menos, o que alegava José Coutinho de Vasconcelos, o pretendente, em seu requerimento, no qual ainda dizia que lhe assistiam todos os requisitos necessários ao bom desempenho dos cargos cubiçados.

Como se sabe, o provimento de certos empregos, inclusive do judicial, se fazia mediante o pagamento de uma determinada importância à Fazenda Pública. Não era, então, o Estado quem pagava os proventos de certos cargos — ofícios da Justiça, cobradores de dizimos e de impostos, entre outros mais — mas o próprio serventuário os arrendava, por um certo número de anos, por mais ou menos tempo, pagando, ele sim, ao Estado, um chamado “donativo”, variável com a importância e com o rendimento do cargo. Saíam tais donativos, como as importâncias destinadas ao sustento do interessado, das costas do povo — pois sob a forma de impostos, custas, emolumentos, etc., indenizando-se os ocupantes dos cargos, assim das despesas que tivessem.

Quando os pretendentes eram vários, estabelecia-se uma verda-

deira concorrência, ganhando-a, evidentemente, quem mais oferecesse ao Real erário. Obtinha, desta forma, uma patente para exercer o cargo, durante o citado tempo, findo o qual era feita uma nova licitação, pois os cargos em apreço não eram vitalícios.

Ao que se sabe, José Coutinho de Vasconcelos ofereceu a importância de quatro mil e oitocentos réis por ano — doze cruzados — à Fazenda Pública, quantia razoável para a época, em troca da sua nomeação para os cargos cubiçados, alegando não poder oferecer mais porque o rendimento era “muito tênuo”, isto é, insignificante — vale dizer — mal dava para tirar deles com que viver.

O requerimento do morador da Laguna, por mais que nos pareça hoje impossível, depois de uma época em que, principalmente nos grandes centros, a maioria dos requerimentos se perdem ou se engavetam, e só se reabilitavam de certas paralisias depois que o peticionário a não ser que tivesse por padrinho um santo muito forte, deputado ou senador, se dispuzesse a engraxar as engrenagens de uma administração complicada com boas propinas que se distribuíam a toda uma gama parasitária de gente que se metia pelo meio e que necessariamente teria de “falar” no requerimento, emitindo o seu parecer ou apenas encaminhando à repartição seguinte ou a esfera superior — o requerimento do lagunense, dizíamos, por mais inadmissível que hoje pareça, andou...

E, tanto andou que, a 26 de janeiro de 1742, o Governador da Praça de Santos mandou que o Provedor da Fazenda Real tomasse o lance — e o Provedor, por sua vez, a 3 de fevereiro, que o Almojarife recebesse “os novos direitos”, que no jargão jurídico-administrativo da época equivalia dizer — recolha os cobres, o dinheiro oferecido pelo pretendente. Isto porque não houve quem mais lançasse, quem maior soma oferecesse à Fazenda, conforme informou, na data, o Almojarife Miguel das Aguias Cordeiro — e, decorrido o prazo de uma semana, pelas mãos de Bento da Costa Carneyro, a Fazenda Real recolhia o... “donativo”.

Tudo feito, perfeito e acabado, José Coutinho de Vasconcelos, o suplicante, recebeu os papéis que o nomeavam para a serventia dos Offícios pretendidos, mas pelo prazo de apenas 5 meses, devendo dentro de igual lapso de tempo recorrer ao General Governador, para que se lhe passasse a Provisão.

Com estes documentos, papelada e despachos, tudo em ordem, convencido de vir a ocupar na Laguna os sonhados lugares, sobre cujo provimento não haveria de surgir dúvidas, nem seria de esperar o que hoje, em linguagem vulgar, denominam de *baianada*, apresentou-se Vasconcelos para a posse.

E foi aí que se verificou aquele engano de que fala o vate insigne pois em vez do provimento dos cargos, o que José Coutinho de Vasconcelos acabara de comprar fora uma série incontável de aborrecimentos, que chegaram até a levá-lo à cadeia, coberto de ferros!...

Com efeito, a 24 de março, por ocasião da costumeira reunião da Câmara da Laguna, apresentou-se Vasconcelos, com toda a sua papelama, fazendo-os presentes à edilidade e requerendo que lhe fosse dada a respectiva posse.

Não quizeram, entretanto, os Vereadores atendê-lo (estavam eles "com os entendimentos enfactuados" — dizia o pobre pretendente...) e mandaram que voltasse na reunião seguinte, quando lhe seria deferido o pedido. Conformou-se Vasconcelos com a protelação, sem suspeitar que, enquanto os Officiais da Câmara o embalavam com vãs promessas, assegurando-lhe a posse na sessão imediata, o Presidente da mesma, Luiz Gomes de Carvalho, escrevia o seguinte: "Não cumpro, enquanto não tiver solução das contas que dei ao Senhor Governador Geral, em hum mez de Fevereiro e Março, — Vila da Laguna, 28 de março de 1742 annos".

Chamado a apresentar-se a 9 de abril, "com frivolas razões", conforme se queixou Vasconcelos, "se excluíram de me darem a ditta posse". Irritado, muito natural e compreensivelmente, com a delonga, e mais com o olho no prejuizo que vinha tendo, com os meses a passar e o cartório em mãos alheias, Vasconcelos protestou, instando pela posse — e não é de duvidar que o tivesse feito um tanto à lusitana, de maneira mais ou menos enérgica, não empregando meios termos nem economizado adjetivos de certa contundência, tanto assim que o occupante dos cargos, o José Francisco, immediatamente requereu a sua prisão, o que foi deferido pelo Juiz, que, na forma das Ordenações, era o Presidente da Câmara. E o pobre candidato, segundo narra em sua sentida queixa, não teve mais tempo para coisa alguma, saindo da sala das sessões para a enxovia e nela metido a ferros, não lhe tendo sido permitido requerer coisa alguma "sufocando-se-me, este meyo a minha Justiça, por se achar o recurso longe"...

De fato, estava. A muitos dias de viagem... Em Santos...

Quanto tempo teria ficado metido a ferros o infeliz Vasconcelos, e qual a solução do seu caso, dada pelo Governador, não logramos apurar, pois já foi uma verdadeira sorte encontrar os documentos de que nos estamos valendo, não tendo tido igual satisfação no tocante aos demais, que rematariam o caso. Mas, certo foi, que, a 15 de abril, curtindo ainda na enxovia da Câmara da Laguna os desenganos a que o haviam levado as suas pretensões, dirigiu Vasconcelos ao Governador Geral José Rodrigues de Oliveira uma longa petição, pedindo justiça — e também fazendo a sua accusação, que já era uma boa forma de se defender... — documento que transcrevemos na íntegra, com os papéis que o instruíram e sobre os quais levantaremos alguns breves comentários.

"Senhor Governador General José Roiz de Oliveira.

A rezão e justiça que me assiste faz com que me arroje e tome a confiança de me por aos pés de Va' Sa. por esta, a expor-lhe o que sinto, que sertamente não hé pouco.

À minha mão chegou a esta Villa da Laguna, hum Provimto dos Officios da Republica della, concedido por Va. Sa. por tempo de Cinco mezes, para os servir nelles, enquanto recorria ao Illm^o. Sr. General.

Requeri Câmara, e esta se fez em 24 de março. Nella apresentei o ditto Provimto e pedi me dessem posse dos Officios e, quando me persuadia venerassem os dittos Camaristas as ordens de Va. Sa., como devem ser, e merecem, achei os entendimentos dos dittos tão enfatuados que, abuzando dellas, não me quizeram dar posse, respondendo-me que

para a proxima Vereação que fizessem seria deferido, deixando ficar o ditto Provimento em seu poder; e fazendo Câmara em 9 de abril, fui a ella chamado e com frivolas rezões se excluíram de me darem a ditto posse, sendo o mentor e mais empenhado o Juiz que accumulado (mancomunado?) com o Escrivão que serve, puzeram no ditto Provimento o que Va. Sa. verá quando se lhe fizer presente, com os mais documentos que remetto.

E, instando eu na posse, requereu o ditto Escrivão ao Juiz me prendesse, porque tinha culpas para me dar, e com effeito fui mandado para a enxovia e carregado de ferros nela, sem ser admittido a requerimento algum, suffocando-se-me por este meyo a minha justiça, por se achar o recurso longe. E logo começou o ditto Escrivão a acumular gente de sua parcialidade para me formarem culpa, que athé o fazer deste a ignoro, por se me não deferir a requerimento meu com Justiça, e como tenho Juiz e Escrivão contra mim, não tenho para onde recorra, e deixo tudo à disposição Divina e é o motivo porque não faço judicialmente esta verdade patente.

Pareceu-me, se não me engano, ser nulo tudo quanto este Juiz fizer e a rezão que tenho para o dizer há porque me persuado que nenhuma pessoa criminosa possa da mesma terra servir a occupação de Juiz; e como este deu um tiro ao pino do meio dia nesta Villa em o Reverendo della, e na mesma ocasião dez ou dôze facadas em sua mulher, das quais escapou com lezão bastante, cujo cazo succedeu a seis para sete annos.

E como os Juizes, por sua omissão, não devassaram o cazo, ficou isto assim. Mas, eu capacito-me que esta omissão o não isenta nem exime de culpa.

Este também se introduziu em o posto de Sargento-mor desta Villa..... (desde?).... dia que mandou de um jacto lançar dois Bandos, estes em seu nome e do Senado, para que o reconhecessem por tal, e como estes moradores são uns miseraveis, muito mais albardarão.

Eu me persuado será Va. Sa. muito bem informado das mislanias(?) e insolências que nesta terra se obrão. Asseguro a Va. Sa. e lh'o certifico ser o Capitão João de Távora cúmplice em tudo isto, por ser parcial daqueles, e a quem elles reputam por seu oráculo, porque tudo o que lhes diz, ainda que sejam herezia, abraçam como se foram evangelhos e, como hé do partido do ditto Juiz e escrivão e por elles apaixonado, por serem os que o encaixaram na Regência, contra toda a forma, apoia e protege os seus absurdos, dispondo com idéias fantásticas outro mundo futuro.

Também se conserva o ditto escrivão em posto de Capitão desta Villa, sem ninguém o fazer. O ditto Távora se porta em uma tal esphera de desvanecimento e gravidade, evoluída em soberba e império que (com o devido respeito) que às vezes fica a perder de vista, no exordem do tratamento e ordens que está expedindo e execuções que faz com tanta severidade e paixão que no termo de três dias prendeu a um (e dos principais) três vezes sem motivo, diz elle que para ser temido. Não falo em Bandos que com o titulo de Cavalheiro Fidalgo manda lançar (ignoro se o tem) que sem dúvida não sei se Va. Sa. nessa Praça, em todo o tempo que nella tem governado, tem mandado lançar tantos.

Tenho exposto a Va. Sa. a consternação e vexação em que me acho e as tratagemas que comigo se tem usado; o ditto escrivão intruzo *comendo* os emolumentos dos Offícios que Va. Sa. me fez mercê; eu, prezo e sem m: deferirem nada, fundados em que o Recurso é tão distante, e com o devido respeito persuado-me querendo Va. Sa. dar providência a que não se conserve um iniquo que tanto tem assolado este pobre povo, não o conseguia (menos que não venha Ordem encarregada ao Brigadeiro Joseph da Silva Paes, ou a quem seu lugar e vezes fizer, pelo absoluto e despótico modo com que se portam; e Va. Sa. alguma coisa, ainda que pouca, estará já inteirado, mas Vs. Ss, como prudente Juiz nesta Cauza dará a sentença a quem nella tiver justiça. — Deus guarde a Va. Sa. muitos e felizes annos, para nosso amparo. — Villa de Santo Antônio dos Anjos da Laguna, 15 de abril de 1742. — De Va. Sa. mtº. humilde criado — Joseph Coutº, de V.los”.

Este é o inteiro teor da petição encaminhada por Vasconcelos, candidato expoliado a um cargo nas Justiças da Vila da Laguna e que, por protestar pelo seu direito foi parar na cadeia. Mas, para melhor elucidação do assunto, é preciso, fora do contexto, ir buscar alguns dados relativos a fatos e pessoas aqui acima citadas pelo desesperado Coutinho de Vasconcelos.

Morto Francisco de Brito Peixoto, o fundador e Capitão-mor da Laguna, nos idos de 1735, o Conde de Sarsedas, em janeiro de 1736 nomeou o seu substituto, recaindo a sua escolha no mestre de campo Sebastião Rodrigues de Bragança, que então recebeu o titulo de Regente. Vinha Sebastião Rodrigues de Bragança da Ilha de Santa Catarina, onde servira de Capitão-mor por longos anos, segundo relata Almeida Coelho. Era, em verdade, cabo militar da Praça de Santos, mestre de campo *ad honorem* e era um homem idoso, quando foi para a Laguna, quiçá a pedido, pois vinha suportando de Manoel Manso de Avelar, na Ilha, os maiores agravos, inclusive, até, o de se ver, sendo comandante da praça, preso pelo potentado dominador que foi aquele povoador. Era um fraco -- tanto assim que Nascimento Galvão na sua monografia sobre a Laguna afirma que “infelizmente não estava na altura do substituído, nem das graves circunstâncias de então”. “Faltava-lhe energia e tino administrativo”, diz ainda, disto resultou que “com o fim de por cõbro a tão dolorosa situação”, a Câmara convocou o Regente, em janeiro de 1742 e este, “reconhecendo a sua fraqueza, desiste do cargo, que foi entregue “interinamente” ao Capitão João de Távora” — o mesmo João de Távora citado na carta petição de Vasconcelos.

Da sua fidalguia fala o nosso historiador Almeida Coelho -- mas parece que a razão estava mesmo com Vasconcelos, a sua existência não passava de embuste, pois tudo faz crer tivesse sido apenas um aventureiro com boas condições de liderança. Não se sabe quando apparecera João de Távora no Destêrro — mas é certo que ali se encontrava em 1737, quando fundeou na enseada das Canasvieiras uma embarcação espanhola com parte da sua tripulação revoltada contra a officialidade de bordo, devido aos maus tratos que lhe infringia. Parte desta gente tomou um bote, ou mais, e armas, buscando refúgio na vila do Dertêrro, tendo procurado desembarcar na praia da Figueira, Lucas Boiteux conta nas suas *Notas para a História Catarinense* que se tocou a rebate e “reuniram-se os pou-

cos habitantes, com *um* João de Távora à frente”, repelindo à bala os pobres desertores. Bradaram estes que seus fins eram pacíficos e pretendiam permanecer na terra, como seus moradores — o que de fato aconteceu.

Também não são conhecidos os motivos que o levaram, a João de Távora, para a Laguna — e já portando o título de Capitão, que talvez ele próprio tomara por sua conta e risco. Mas, o fato do seu comando na Ilha, por ocasião do desembarque dos espanhóis, lhe valeu como recomendação e a Câmara o indicou para substituto de Sebastião Rodrigues de Bragança. Conta ainda Fonseca Galvão que D. Luiz de Mascarenhas, Capitão-General de São Paulo, o confirmou no posto, por proposta do Brigadeiro José da Silva Paes e que a sua Carta-Patente, datada de Goiás a 5 de julho do mesmo ano de 1742 dizia que “tendo em consideração a representação que fez o brigadeiro José da Silva Paes, que se achava vago o posto de mestre de campo regente da vila da Laguna e ser preciso ter-se sempre naquele emprego pessoa de utilidade e préstimo para poder acudir a alguns incidentes do serviço de S. M.: e que na Ilha de Santa Catarina se achava *um* João de Távora, pessoa muito de bem e conhecido préstimo, como se mostrou na recomendação que o dito brigadeiro lhe encarregou dos índios desta Capitania para aquele estabelecimento, e na ocasião que desembarcaram naquele porto 200 espanhóis alevantados, que ali ficaram no ano de 1737, em que se houve com valor, etc”...

Nós achamos que esta história de 200 espanhóis é um tanto exagerada — pois se tantos foram os desertores, quantos homens trazia a seu bordo a nau espanhola? Mas, fosse como fosse, estava livre João de Távora, que agora se dava ares de fidalgo, Mestre de Campo e Regente da vila da Laguna...

Quanto a Luiz Gomes de Carvalho, seu nome figura em numerosos documentos dos primeiros tempos da Vila de Brito Peixoto, onde, em 1730 já era secretário da Câmara e pediu lhe fosse deferido o ofício de tabelião. Em 1735 assina como tal, a muitos papéis, ano em que renovou o seu pedido para permanecer no cargo. José Francisco, o ocupante dos Ofícios pretendidos por Vasconcelos, também era comarcão da Vila, servindo de escrivão da Câmara e de tabelião desde outubro de 1738, com pedido de renovação no ano seguinte. A impressão que se tem, do relato dos fatos, é que se tratava de um preposto de Luiz Gomes de Carvalho, homem ligado a João de Távora, ambos tornados maiores da Vila, depois do desaparecimento do seu fundador.

Com isto poderemos continuar a história do candidato a tabelião José Coutinho de Vasconcelos, transcrevendo os documentos com que instruiu a sua representação ao Governador.

O primeiro documento é do seguinte teor:

“Sr. Revd^o Vigário da Vara

Diz José Cout^o de Vaslos. que elle quer fazer presente ao sr. G^or. da Praça de Santos o como procede nesta Villa da Laguna a Resp^o de certo requerimento que tem de lhe fazer e ao Illm^o e Exm^o Sr. General desta Capitania; e como ninguém melhor o poderá saber que o Rev^o Pe. Vigário desta Freguesia, quer o Supp. que o ditto lhe passe por Certidão e como se porta nesta Villa o Suplicante no seu proceder; e porque o não pode fazer sem despacho, P. a Vmê. lhe faça mercê mandar por seu des-

pacho que o dito Vigário desta freguesia passe a ditta Certidão do que souber ser verdade a respeito do proceder do Suplicante como seu Parocho que hé. E.R.M. - "

Despacho: "P. do que lhe constar — Sylva"

"Em cumprimento do despacho supra certifico eu, Matheus Pereyra da Sylva, Vigário Encomendado desta Matriz de Stº Antº dos Anjos da Vila da Laguna, que o Suplt. José Coutinho e Vasconcelos se tem portado nesta freguesia com muito bom procedimento. O que passa na verdade e o affirmo *in verbo Parochi*. Laguna, 2 de abril de 1742 — O Vigº Matheus Pra, da Sylva" (Firma reconhecida na Ilha de Santa Catarina pelo Tabelião Salvador Pereyra Barbosa, a 28 de abril de 1742).

Vale a pena anotar o que há de interessante nesta certidão acima:— o mesmo padre que despachou a petição foi quem deu cumprimento ao ao seu próprio despacho— o Vigário da Vara, padre Mateus Pereira da Silva, que também era Vigário da freguesia...

Mas, muito mais importante, sem dúvida alguma, por ter sido assinado pelo que Laguna havia de mais importante— e possivelmente de melhor— como elemento humano é a certidão que abaixo transcrevemos:

"Nós, abaixo assinados, republicanos nesta Vila de Stº Antônio dos Anjos da Laguna, e dos bons do povo dela;

Certificamos e o juraremos se necessário fôr, como com efeito juramos debaixo do juramento dos Santos Evangelhos, ser digno e merecedor Joseph Coutinho Evasconcellos de toda a honra que se lhe quizer fazer, por concorrer em sua pessoa requizitos suficientes para isso pelo seu bom procedimento, precedência e capacidade com que se tem portado em todo o tempo que tem rezidido nesta Vila, vivendo nela com muita paz, socego e quietação, sem dar motivo de escândalo a pessoa alguma, nem causar estúrdios à república, obedecendo à Justiça de Sua. Mage., que Deus guarde, no que por elas é mandado, e assim, respeitando-as e a todos os Moradores com muito decoro, decência e urbanidade; e como tal o julgamos com sufficiente capacidade de dar inteira satisfação de qualquer emprego que se lhe encarregar a beneficio e utilidade de qualquer república. E, pelo contrário, Joseph Francisco, escrivão nesta Vila, que furta já sem vergonha, por cujo respeito não quer largar os Officios e fez prender o dito Coutinho. (Assinados) — Manoel Gonçalves Ribeiro — Sebastião Affonso — Manoel de Gouvêia — Jacomo da Silva — Gabriel Roiz — Jacob Roiz — Antônio Affonso — Francisco de Moura, Francisco Cordeiro da Costa — João Francisco da Motta — João de Magalhães — Manoel da Silva Rez — Manoel Teixeira de Souza — Aniceto Frz — João Gonçalves Lamin — Manoel Ferreira Soutto — Anselmo Glz. Ribeiro — João da Silva Velho — Joseph da Silva — João de Lusina — Miguel Frz. Medeiros—".

E, para completar, uma assinatura com um adendo: — "Em thé o presente não tem dúvida o que Suppte. alega. — Sebastião Rodrigues Bragança".

Era o que Laguna tinha, então, dentro do seu primeiro século de vida, de mais importante. Deixaram sua assinatura no documento Manoel Gonçalves Ribeiro, seu primeiro signatário, que já em

1718 pertencia à sua Câmara, como Juiz Ordinário, posto que ainda exerceu, que pudemos comprovar, no triênio 1720 - 1722. Foi ele, nesse último ano, quem prendeu Brito Peixoto, o fundador, a mando de D. Ayres Saldanha, Governador do Rio de Janeiro, devido a intrigas de Manoel Manso de Avelar. E, comprovada a inocência do fundador, que voltou à Laguna isento de qualquer culpa, foi por sua vez por ele preso, acusado de sócio e cúmplice do mesmo Manoel Manso, num caso de contrabando com os franceses... Não obstante tais percalsos, foi homem de valimento na administração; lagunense, segundo a opinião de Aurélio Porto e de Borges Fortes. Mais tarde, por volta de 1732, recebeu do General Antônio de Távora, Conde de Sarsedas, uma sesmaria no lugar denominado Conchas, nas proximidades do Tramandaí, concessão que foi confirmada em 1734. Galvão diz que dessa sesmaria saíram 150 cabeças de gado, no ano de 1736. Latifundiário, tomou gosto pela vida da estância e em 1741 requereu mais terras, no Viamão.

Jacomo da Silva foi Vereador em 1725; Francisco de Moura o foi em 1733 e 1734; Manoel da Silva Reis era forasteiro, em 1735, mas se fixara na Laguna; João da Lusina também entrara como forasteiro na Laguna, no mesmo ano e, quiçá, na companhia de Manoel da Silva Reis.

João de Magalhães, como se sabe, era genro do fundador Brito Peixoto, casado com sua filha Ana de Brito. Era braguense e foi um dos conquistadores do Rio Grande. Na Laguna, foi Vereador em 1715, 1723, 1725, 1733 e 1742 — que se saiba. Fora, também ele, escrivão, nos idos de 1711. Foi sesmeiro na Garopaba e no Rio Grande do Sul, tendo falecido no Viamão em 1771. Seu nome ficou intimamente ligado à vida de Laguna e a muitas partes do continente de S. Pedro, que desbravou e conquistou para o Brasil.

Gabriel Roiz, ou Rodrigues, era outro reinol, dizem que nascido em S. Tiago, têrmo de Barcelos, Braga, por volta de 1700. Conterâneo de Magalhães. Pai de numerosa prole, toda ela lagunense, seus filhos se tornaram, mais tarde, posseiros no continente sulino. E Gabriel, que morreu em 1776, não foi apenas Vereador à Câmara da Laguna mas, também seu Juiz - Presidente, em 1738.

Antônio Afonso era tenente, tendo chegado à Laguna em 1729. Pertencente à Companhia do Ajudante Tomás Gomes de Lima, era conhecido como sertanista, com Carta Patente passada pelo Governador Caldeira Pimentel.

E Anselmo Gonçalves Ribeiro é nome encontradiço por longos anos na crônica lagunense, talvez pertencendo a mais de uma pessoa.

Só estes nomes valem pela veracidade do atestado e pela importância das demais pessoas que o assinam. Todas as assinaturas reconhecidas por tabelião, certamente o do Destêrro, foi a petição de Coutinho de Vasconcelos, assim instruída, remetida ao Governador.

Nada podemos afirmar quanto à sua permanência na cadeia da Câmara, enquanto viajou a representação e de volta lhe chegou a solução. Não é de duvidar que tivesse ficado "mofando" na enxovia — pois assim se verificou em outros casos, não só na Laguna como alhu-

res. Não se dava “colher de chá” aos adversários, nem se lhes facilitava a defesa... Mas, ainda teve muita sorte o nosso complicado candidato a escrivão, pois a 8 de junho de 1842, finalmente, D. Luiz de Mascarenhas confirmou-o no cargo pleiteado e por cuja concessão havia não apenas pago em dinheiro contado como em aborrecimentos incontáveis. Confirmou-o pelo prazo de um ano... Se, todavia tomou posse — isto não consta dos documentos que me passaram pelas mãos... “Entretanto, ou por falta de outros papéis, extraviados ou destruídos, ou porque se tivesse mudado, ou morrido, o nome de José Coutinho de Vasconcelos apagou-se da crônica lagunense. Não tornou a aparecer — e eu mesmo não tornei a encontrá-lo...

ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO CONGRESSO DE HISTÓRIA DO VALE DO ITAJAÍ

Encerrou-se no dia 13 de Dezembro de 1975 com sessão solene e com um almoço de confraternização o 1º Congresso de História do Vale do Itajaí.

Receberam certificados de frequência 170 congressistas vindos de diversas regiões de Santa Catarina e do Brasil.

Dos 170 participantes, 22 eram debatedores especialistas em história, 11 conferencistas de renome nacional e internacional. Foram apresentados 3 temas relacionados à Imigração Italiana, 3 conferências relacionadas à Imigração Alemã, 2 conferências sobre arqueologia e 2 conferências sobre colonização e povoamento em geral e 1 conferência sobre os valores do Vale do Itajaí.

As Conferências exploravam temas sobre economia, política, sociológica, costumes, colonização e povoamento do Vale do Itajaí.

O município que teve mais representação foi Blumenau, com aproximadamente 100 participantes; Florianópolis teve boa representação, Tubarão e Joinville também.

O Estado do Paraná e São Paulo também se fizeram presentes trazendo muitos subsídios para o primeiro Congresso de História do Vale do Itajaí.

Na abertura estiveram presentes: Prefeito de Blumenau; o Comandante do 23º BI; o Reitor da FURB; o Juiz de Direito da 2ª Vara de Blumenau; o Acessor Cultural de Trento, Itália e autoridades municipais.

Compareceram autoridades na História de Santa Catarina e do Brasil:

- Dr. Gilberto E. Chaudon, Diretor do Centro Brasileiro de Arqueologia;
- Dr. Rui Wachowicz, do Departamento da Universidade Federal do Paraná;
- Dr. Walter F. Piazza da Universidade Federal de Santa Catarina e Vice Presidente da Associação Nacional dos Professores Universitários de História;
- Dr. Victor Peluzo Júnior, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;
- Exmo. Sr. Theobaldo Costa Jamundá, Presidente do Conselho Estadual de Cultura;
- Dr. Guido Lorenze, Acessor Cultural de Trento, Itália e representante do Governo de Trento;
- Dr. Mário Bonatti, representante do Vale do Paraíba, São Paulo;
- Professora Beatriz Pellizzetti, da Universidade Federal do Paraná;
- Dr. Albert Taco Lagos, de Ayacucho, Perú.

Além destes nomes se fizeram presentes muitos professores de Universidades e Faculdades de História de Santa Catarina e dos Estados de São Paulo e Paraná.

Dos 170 inscritos, 150 tiveram frequência 100%.

Todas as conferências, debates, propostas e moções foram gravadas e serão posteriormente publicadas nos Anais do Congresso.

MOÇÃO Nº 1

Os Congressistas aqui reunidos, agradecem a clarividência dos membros da Fundação "Casa Dr. Blumenau", Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajai e demais Patrocinadores, manifestada pela iniciativa de realizar em Blumenau, o 1º Congresso de História do Vale do Itajai.

Blumenau, 12 de dezembro de 1975.

PROPOSTA Nº 2

Propomos ao plenário que o II Congresso de História no Vale do Itajai se realize no ano de 1976, sob o tema — História e Urbanização, além de Sub-temas.

Blumenau, 12 de dezembro de 1975.

PROPOSTA Nº 3

Considerando que no dia 29 de outubro de 1975 transcorreu o Centenário de nascimento de G. Arthur Koehler;

Considerando que a Egrégia Câmara Municipal de Blumenau, já encerrou em suas atas votos de louvor a essa personalidade;

Considerando as inúmeras contribuições que o homenageado prestou através do jornal "Der Urwaldsbote", em clubes de ginástica, como colonizador e outras atividades por ele desenvolvidas;

Propomos ao plenário, que seja inscrito nos Anais deste Congresso, um resumo biográfico desta personalidade e através de ofícios, sejam estendidos os louvores à Sra. Herta K. Hildebrand e Sr. Alfredo Paul Koch, seus descendentes e atuais proprietários da Tipografia e Livraria Blumenauense.

Sala das Sessões, 12 de dezembro de 1975.

PROPOSTA Nº 4

Considerando não existir na prática o Arquivo Público Estadual de S. C.

Considerando a necessidade de centralizar os (descendentes) documentos Históricos escritos.

Propomos, se aceito pelo plenário, seja feito um pedido, através deste Congresso ao Exmo. Sr. Governador do Estado Antonio Carlos Konder Reis — no sentido de efetivar materialmente, o Arquivo Público Estadual que abrigará toda a Documentação relativa ao nosso Estado.

Sala de Sessões, 13 de dezembro de 1975.

PROPOSTA Nº 5

Considerando que cabe aos Congressos e Simpósios de História alertar sobre a importância e necessidade dessa ciência;

Considerando que pela reforma do Ensino de 1º e 2º graus, as disciplinas de Geografia, História e OSPB, serão estudados num conjunto denominado Estudos Sociais.

Considerando a criação de muitos Cursos de Estudos Sociais em todo Brasil, em detrimento a cursos de História.

Considerando o futuro desemprego dos professores Licenciados anteriormente em História e Geografia, face às novas exigências no Sistema Escolar.

Considerando que deve haver uma reformulação no ensino dessas matérias nas Escolas de 1º e 2º graus;

Considerando que três importantes estudos irão desaparecer em nossas escolas:

Considerando que nem todos licenciados acima mencionados, conseguem entrar-se no Ensino Escolar.

Propomos, ouvido o pronunciamento dos congressistas, seja enviado através da Direção dos Trabalhos do 1º Congresso, um apelo a S. Excia. o Ministro da Educação e Cultura, Sr. Ney A. Braga e à S. Excia. o Governador do Estado de Santa Catarina, Sr. Antonio Carlos Konder Reis, no sentido de estudar um modo para amenizar o problema que paira sobre muitos professores, evitando um maior desgaste da disciplina escolar — HISTÓRIA.

Sala de Sessões em 12 de dezembro de 1975.

MOÇÃO Nº 6

Os professores e estudiosos de História, reunidos nesse Congresso, vem apresentar as congratulações à Comissão Organizadora do 1º Congresso de História do Vale do Itajaí, pela intensa atividade desenvolvida, a grande dedicação e o modo de conduzir os trabalhos nas Sessões de Estudo.

Sala de Sessões 13 de dezembro de 1975.

MOÇÃO Nº 7

Ao encerrar-se os trabalhos do 1º Congresso de História do Vale do Itajaí, registra-se um voto de agradecimento à Reitoria da FURB, na pessoa do Exmo. Sr. Ignácio Ricken, por proporcionar o Auditório desta Fundação Universitária, como local agradável de estudos e debates por parte dos estudiosos de História.

Sala de Sessões em 12 de dezembro de 1975.

PROPOSTA Nº 8

Considerando que as profissões devem ser regulamentadas para evitar as deturpações e valorizar as atividades;

Considerando que em outros Congressos e Simpósios de História que se realizaram, pediram sem repercução, a regulamentação da profissão de Historiador;

Considerando serem as profissões de Historiador e Historiográfico necessários para real desenvolvimento do Brasil;

Considerando o desprestígio que atualmente enfrentam os estudos históricos em todo mundo e particularmente no Brasil;

Considerando as improvisações no campo da Historiografia;

PROPOMOS, que se aceite pela maioria, sejam enviados correspondências a Deputados Federais e Senadores da República, representando nosso Estado, no sentido de apresentarem no Congresso Nacional, projetos cuidadosamente elaborados, regulamentando as profissões de Historiador, Professor de História e Historiográfico.

Blumenau, 12 de dezembro de 1975.

MOÇÃO Nº 9

Que se crie no Vale do Itajaí, um centro de pesquisas Históricas tendo por base o Instituto de Estudos Históricos do Vale do Itajaí, que segundo opiniões dos congressistas está muito bem estruturado, promovendo-se pesquisas científicas relacionadas as interrelações culturais entre a Alemanha, a Itália e outras regiões da Europa e as regiões Catarinenses Colonizadas.

Este centro deverá ser um órgão complementar da Fundação "Casa Dr. Blumenau" e base do Curso de História da Fundação Educacional da Região de Blumenau.

Figuras do Passado

“O amor do passado, o lembrar carinhoso da tradição a evocar datas e feitos e apoteosar heróis, são os nós eternos que amarraram as gerações umas às outras”. — (PAULO SETUBAL)

GIUSEPPE FINARDI

Natural de Casalmaggiore, província de Cremona, Itália, GIUSEPPE FINARDI nasceu em 4 de janeiro de 1840, filho de Giacomino Finardi e de Catarina Dalré. Casado com Maria Musa Finardi, nascida em 4 de dezembro de 1840, filha de Carlo Musa e Luígia Musa, emigrara para Ascurra nos princípios do ano de 1885, com quatro filhos, sendo Catarina, com 12 anos; João, com 10 anos; Luígina, com 7 anos e Santo, com 5 anos de idade.

Inicialmente estabeleceu-se no lote nº 165, da margem esquerda do Rio Itajaí Açu, no Saltinho — localizado entre Ascurra e Guaricanas, onde nasceram mais três filhos: Carlo Finardi, nascido em 13 de agosto de 1885; Giacomino Finardi, nascido em 31 de janeiro de 1887 e Angelo Finardi, nascido em 26 de julho de 1890.



Giuseppe Finardi num portrait de seu neto José F. Finardi

Este lote de terras, além de muito acidentado e impróprio para a lavoura, fazia fundos com a montanha do saltinho, contraforte da Serra do Mar, no alto da qual os selvícolas montavam seus bivaques provisórios e deles partiam para os saques, nas épocas

cas em que escasseavam pinhões e outros alimentos na zona serrana, de onde vinham acoçados pela necessidade de sobrevivência.

Por esses motivos, Giuseppe Finardi teve que se mudar, adquirindo, então em 1892, de Antonio Maria dos Santos, o lote nº 170, da mesma linha, contíguo à povoação de Ascurra.

O lote nº 165, no Saltinho, ficou no abandono por cerca de 10 anos, isto é, até 1899, quando por haverem cessado as investidas dos bugres nesse lote, João Finardi, casando-se com Maria Cechelero, filha do pioneiro Gregório Cechelero, veio a reocupá-lo, cedido por seu pai Giuseppe Finardi.

Porque costumava usar o paletó no ombro esquerdo, era conhecido pelo alcunha de “Giuseppe Gabana” ou seja “José do paletó”, apelido que passou para o filho João Finardi.

Giuseppe Finardi era homem de singular coragem, evidenciada desde jovem quando participou, como soldado, na guerra contra a Áustria,

em 1866, ocasião em que teve que enfrentar o inimigo, corpo a corpo, motivo por que apresentava diversas extensas cicatrizes; consequência dos graves ferimentos recebidos durante as cruentas lutas mantidas no campo de batalha.

Igual valentia pessoal Giuseppe Finardi a demonstrou em relação aos selvícolas quando das investidas destes na sua propriedade no Saltinho, especialmente entre 1885 a 1890. Não poucas vezes, ao defender-se e às suas plantações e animais, Giuseppe Finardi teve que espingardear os bugres saqueadores, causando-lhes baixas. Temeroso de traiçoeiras represálias decidiu abandonar o cultivo deste lote.



Grupo de índios surpreendidos na caçada de uma anta, à margem esquerda do Rio Itajaí Açu, no lote nº 165, de Giuseppe Finardi, no Saltinho, no cimo de cuja montanha faziam pouso habitual e partiam para os assaltos. Foto 1887.

Primórdios de Ascurra



Fotocópia reduzida do original da planta demarcando a povoação de Ascurra, na foz do Ribeirão São Paulo. Nesta planta não figuram ainda esses nomes, somente dados pelo Dr. Blumenau em 1876, quando da ocupação da área banhada pelo Ribeirão São Paulo, denominando-a de "Colônia S. Paulo", em reverência à religiosidade católica dos imigrantes italianos que viriam ocupar os respectivos lotes e, de "Ascurra", à sede da povoação, em comemoração à vitória do Exército brasileiro na batalha ocorrida na localidade paraguaia desse nome.

Note-se não só a errônea projeção do Ribeirão São Paulo como a ausência dos diversos córregos que, na sede, nele desagüam suas águas.

X X X

Alma afeita ao bem e à bondade, era homem puro, de grande dedicação à família e à religião, cuja primeira capela, de tijolos, ajudou a construir nos primórdios de Ascurra.

Homem convicto de que somente o amor constrói, gera a felicidade, consola a aflição, embeleza o trabalho e retempera o espírito, Giuseppe Finardi serviu, com grandeza d'alma, seus companheiros de imigração a eles dispensando sempre desinteressada dedicação e solidariedade, motivo por que era muito querido entre os pioneiros de Ascurra.

De uma simplicidade admirável, como admiravelmente modesta foi toda a sua vida, teve a morte dos justos: no dia 6 de fevereiro de 1926, adormeceu placidamente, contando 86 anos de idade. Sua santa esposa Maria Musa Finardi, a “Nonna Bin” como era conhecida na intimidade, faleceu no dia 4 de abril de 1931, com 91 anos de idade. Os restos mortais deste exemplar casal de pioneiros acham-se inumados no cemitério de Pastagem, atual município de Agrolândia.



Antiga casa na Rua 15 de Novembro em Blumenau, onde residiu o Dr. Hercílio Luz. Nesta casa, nasceu o Dr. Amadeu Felipe da Luz. No mesmo local, existe hoje o Edifício Schadrack.

RESUMO DO MOVIMENTO DA BIBLIOTECA MUNICIPAL “DR. FRITZ MÜLLER” REFERENTE AO ANO DE 1975

Número de obras registradas e fichadas	- - - - -	1.873
Número de obras consultadas	- - - - -	25.179
Número de volumes emprestados	- - - - -	10.824
Número de obras adquiridas	- - - - -	1.230
Importância paga pelas obras adquiridas	- -	Cr\$ 67.314,00

A Politicagem e o Contestado

C. GAERTNER

“È il caso del movimento dei Monaci della zona serrana in Brasile che aveva come scopo politico principale il rovesciamento di una certa oligarchia locale — impresa tentata senza successo dalla rivolta laica de 1895. — Il movimento del Secondo Monaco, che ebbe inizio nel 1911, fu un ultimo sforzo nella stessa direzione; dal momento che gli uomini non erano abbastanza potenti da rovesciare colui que veniva considerato un tiranno, Dio aveva inviato a questo scopo un essere soprannaturale.” MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ.



Cel. Francisco Ferreira de Albuquerque

como homem sabido e corajoso, de decisão pronta e conselho válido, reuniam-se outros grupos ligados pelos mesmos laços. E assim se sucediam esses agrupamentos, como células contíguas, tendo entre elas, a uni-las, o cimento maior da religião católica, da língua e da ascendência racial lusa e nativa.

Todos se conheciam e os casamentos, entre os membros desses agrupamentos familiares, religavam cada vez mais a parca população como um todo homogêneo pela identidade de raça, de hábitos, costumes, instituições, crendices, linguajar e sistema de vida.

Viviam todos da mesma forma, com a mesma singeleza, nos mesmos casebres de tábuas de pinho lascadas, nalguma rara casa de

fazenda construída com táboas serradas a pulso, apesar das naturais diferenças das posses materiais manifestadas pela maior ou menor grandeza do rebanho possuído. Viviam da agropecuária de subsistência. Havia entre eles a solidariedade de parentes multiplicada pelo gênio hospitaleiro congênito, virtude de todos os povos pastores. Reuniam-se em puxirões para ajudar o vizinho na derrubada, queima e plantação da roça, numa alegre festividade com comezainas, bebidas e baile. Ninguém carneava uma rês sem distribuir pedaços de carne entre os seus vizinhos, costume certamente advindo da partilha da caça entre os elementos das tribos primitivas. Em caso de doença todos se prontificavam para prestar o seu auxílio e o seu conforto moral: ou procurando o erveiro com as suas garrafadas de cachaça com folhas, flores, cascas e raízes de certas plantas medicinais, que enterrava na mata virgem durante nove dias onde ficavam, como diziam, em "confusão"; ou o benzedor com as suas rezas e orações fortes e milagrosas, ou alguém que administrasse remédios da homeopatia marca "Cruz-Vermelha", de Jorge Wischrall. As comadres chegavam prontas para o serviço, ordenhando as vacas, tratando os animais do pátio ou do chiqueiro, fazendo a comida, lavando a roupa suja. Muitas vezes comiam a última galinha e o último leitão do doente, depois do que traziam alimento de suas casas. Se houvesse o óbito, reuniam-se para fazer o caixão, para o velório com as rezas fúnebres, havendo sempre o puxador do terço em camândulas feitas com as sementes arredondadas de uma planta mitácea (*eugenia racemosa*) conhecida como rosário.

Mas o sistema de vida prestativo, caridoso e hospitaleiro, nem por isso estabelecia uma convivência paradisiaca. Havia sempre inimizades por limites das terras, por danos nas roças, por prejuízos em benfeitorias e por sedução amorosa, com suas peleias a facão, faca ou garrucho, pois o sertanejo tinha em alta conta a sua honra e não costumava "levar pra casa desaforo". Em geral duelavam honrada e bravamente, com armas iguais, de cara a cara. Isso não obstava alguma espera "atrás da imbuia" para liquidar sub-repticiamente o inimigo perigoso. Intervinham as autoridades policiais, os inspetores-de-quarteirão, ou então se estabelecia uma "vendetta" de sangue, pois a sede da comarca era muito distante e a ação da justiça demorada e incerta.

x x x

O Superintendente do município era geralmente um rico fazendeiro que governava com mão suave, com poucos impostos, ocupando decorativamente o cargo, pois residia e continuava residindo na sua fazenda, embora possuísse casa na vila ocupada somente por ocasião das grandes festividades, como naquela visita pastoral do bispo Dom João Becker que se estendeu até Perdizes Grandes. O secretário da prefeitura, assessorado por alguma eminência parda, ia resolvendo os problemas primários da administração pública; abrir mais um trecho do picadão para o Trombudo; mandar construir um sólido aterrado de xaxim naquela sanga funda do picadão do Corisco; adquirir um cavalo para o preto que exercia as funções de estafeta postal montado; mandar limpar as cariocas vertentes ou olhos-d'água públicos da vila, etc. É preciso lembrar que, no planalto, Lages, Curitiba e Campos Novos

só poderiam ser alcançadas em lombo de mula, pois não havia estradas carroçáveis e nem se imaginava ainda a possibilidade da locomoção automotriz.

Havia um Juiz de Direito, geralmente baiano ou nordestino, e a Promotoria, na falta de bacharéis, era exercida por leigos; geralmente solicitadores provisionados. Além dessas autoridades, de tabelião e demais serventuários da justiça, havia o Juiz de Paz, com jurisdição contenciosa, eleito pelo povo, o Delegado de Polícia, um pequeno destacamento, organizando-se, em caso de necessidade, uma eficiente escolta de paisanos.

Ninguém disputava ao coronel o direito de ocupar o cargo de Superintendente, ou de indicar candidato. Ele era o chefe político, conhecido e reconhecido pelo distante e nebuloso Governo do Estado. Isso advinha da sua fortuna, geralmente herdada e da sua patente de Coronel da Guarda Nacional, criada em 1831 e principal sustentáculo das instituições do Império há pouco derrubado.

Mas os tempos foram mudando lentamente. Chegavam de fora outras pessoas, aventureiros e foragidos, com novas idéias, outros costumes, diverso sistema de vida. Sendo Superintendente do municipio de Curitiba nos o Cel. Henrique de Almeida sênior, chegou àquela vila um cabo eleitoral da família Ramos, o jovem Francisco Ferreira de Albuquerque, com a cabeça cheia de planos e decidido a subir na vida.

x x x

Segundo Henrique Rupp Júnior, seu desafeto, Francisco Ferreira de Albuquerque tocara trompa numa bandinha de Campos Novos. Segundo Marcirio Maia, trabalhara como servente de pedreiro na cidade de Lages. Ser ajudante de pedreiro no fim do século passado, significava a obrigação de recolher pelas ruas não pavimentadas da então pequena cidade, povoada por fazendeiros, o dejetos das vacas de leite para com ele preparar a argamassa empregada nas construções. Foi, não obstante a sua infância humilde, um autodidata senhor de uma poderosa vontade. Marcirio João da Cruz Maia, o homem dos sete instrumentos, promotor em Curitiba, professor de letras, escrivão de paz em São Sebastião da Boa Vista, topógrafo na Linha Sul, contava ter emprestado livros didáticos ao jovem Albuquerque e lhe dirimido dúvidas relacionadas com questões primárias de aritmética e gramática.

Vindo para Curitiba em fins do século passado, abriu uma pequena casa comercial que administrou com competência, multiplicando logo o seu capital inicial. Em pouco tempo dispunha de uma ótima freguesia, grande crédito na poderosa casa atacadista de Carl Hoepcke, que supria os sertões. Logo pôde atender sua clientela a crédito, para pagamento nas safras, fato que muito contribuiu para estabelecer laços de dependência e amizade, além do compadrio, de forma a ter, como hábil cabo eleitoral que era, a orientação política de um numeroso grupo. Os seus negócios continuavam de vento em popa, e vivia luxuosamente em relação ao tempo. E como, quando um homem vence economicamente, o desejo de lucro é suplantado ou complementado pelo desejo de comando político, desentendeu-se com o Cel. Almeida sênior e passou para a dissidência.

No ano de 1902, já com inegável prestígio, com um grande contingente eleitoral, com o apoio da poderosa família Ramos, economicamente independente, com inegáveis qualidades de liderança, candidatou-se à Superintendência do município em oposição à candidatura do velho coronel.

x x x

Antes da revolução de 1930 o voto era a descoberto, o que permitia aos governantes ter um exato controle da oposição. Votar contra o governo era um legítimo ato de bravura. Entretanto havia sertanejos que viajavam dias, mesmo a pé se as circunstâncias fossem adversas, para dar o seu voto a descoberto contra o coronel. Não se discutiam partidos nem programas. O eleitor de um chefe político mantinha-se fiel ao seu chefe, desassombadamente, de chapéu quebrado na testa, sem precisar das coercitivas leis de fidelidade.

O sistema eleitoral então vigente facilitava a fraude denominada "eleição a bico de pena", onde votavam os vivos, os mortos e os ausentes. Após a votação a mesa receptora transformava-se automaticamente em mesa apuradora, havendo então oportunidades para o escamoteio e substituição de cédulas, ou para provocar uma confusão na contagem dos votos tornando-a favorável ao candidato desejado. As atas eleitorais eram lavradas nos livros do Registro Civil dos cartórios, geralmente no menos usado, o de Óbitos.

Assim é que o resultado da eleição em Curitiba, apurado pelas mesas receptoras, apresentou um resultado favorável ao Cel. Almeida sênior, tendo Albuquerque impugnado a eleição por fraudulenta, recorrendo ao Congresso Representativo, ao mesmo tempo em que era eleito Presidente do Estado o Cel. Vidal Ramos. Albuquerque obteve ganho de causa.

Assumindo o governo do município, procurou diplomaticamente suavizar o estardalhaço provocado pela sua vitória, convidando o Tte. Cel. Henrique de Almeida Júnior para a presidência da Câmara. Passado pouco tempo faleceu o Cel. Henrique de Almeida sênior.

x x x

O vizinho município de Campos Novos era naquele tempo o feudo do Cel. Henrique Rupp, cujo filho, Henrique Rupp Júnior, bacharelou-se em ciências jurídicas pela Faculdade de Porto Alegre. Ingressando no Ministério Público, foi nomeado promotor de Curitiba. O dr. Henrique Rupp Júnior, jovem, inteligente, impulsivo, filho de uma família rica e politicamente poderosa, cultivavam idéias democráticas e liberais. Dado ao seu temperamento, em pouco tempo divergiu do Cel. Albuquerque, criticando-lhe a atuação arbitrária e o seu domínio autocrático até sobre o Poder Judiciário pois, naquele tempo, os juizes de direito, sem vitaliciedade e inamovibilidade, eram demissível e removíveis *ad-nutum* do Superintendente. Albuquerque distribuía os cargos públicos, nomeava e demitia, prendia e processava, absolvía ou condenava, e a muitos bania sumariamente do município. Longe estavam ainda as conquistas moralizadoras que hoje nos regulam. Dessa forma procediam todos os coronéis nos seus municípios. Os correligionários gozavam do amparo da máquina governamental, com suáveis impostos, com a aplicação de uma severa "justiça"

aos seus desafetos, e para qualquer favor administrativo solicitado tinham sempre a clássica resposta: "Se é possível, está feito; se não for possível... dá-se um jeito".

Francisco Ferreira de Albuquerque, com as suas virtudes e defeitos, vindo das humildes camadas populacionais, venceu econômica e politicamente, amealhando uma grande fortuna e alcançando a Superintendência do município. Exerceu a deputação estadual de 1907 a 1917, tendo sido vice-presidente do Congresso Legislativo do Estado.

Rupp não tardou em verificar que a única maneira de atingir Albuquerque seria apondo-lhe um adversário tenaz e para isso ninguém melhor do que o Cel. Henrique de Almeida, com tradição no município, com grandes ambições políticas e desgostoso com a vitória eleitoral concedido pelo Congresso ao Cel. Albuquerque. Evidentemente o dr. Rupp permaneceu pouco tempo na promotoria.

Mas, mesmo com o apoio de Rupp Júnior, que atacava Albuquerque pelos jornais, a oposição de Henrique de Almeida progredia pouco. Seus próprios irmãos, os coronéis Simpliciano, Graciliano e Firmiano de Almeida eram seus ferrenhos adversários e estavam com Albuquerque, o portador da cornucópia das benesses...

Albuquerque reconhecendo o grande poder da imprensa e o efeito que fazia na população simplória a frase "está no jornal" ou "o jornal disse", tratou de fundar em Curitiba um jornal da situação, que recebeu o nome de "O Trabalho", superando todas as dificuldades com o transporte das máquinas desde Florianópolis, que foram trazidas, praticamente, nos ombros dos seus peões.

Apesar de Albuquerque ter sido diplomata e habilidoso, a continuidade do poder, sua grande projeção no cenário estadual e a solidez da sua posição no município, cantada e louvada em todos os tons e todas as claves, fez com que descuidasse o recato da sua vida particular. Teve a inimizade do convento dos frades franciscanos que consideravam a sua vida como pecaminosa e o julgavam membro da maçonaria. Mas o prestígio de Albuquerque manifestou-se dentro do próprio convento, através dos poderes estaduais e da hierarquia, como bem o sentiram Frei Gaspar Flesch e seus governados.

Henriquinho continuava na luta com a tenacidade que a sua compleição física, atarracada e de fortes maxilares, parecia retratar. Com quartel general na sua Fazenda Floresta, nos campos de Guarda-Mór, ia lentamente engrossando a fileira dos que o apoiavam. Tratava carinhosamente dos assuntos burocráticos, legais e policiais dos seus eleitores, auxiliava-os economicamente, sendo considerado o "pai dos pobres".

Nesse interim alguns atos da vida particular e privada de Albuquerque tiveram a pior das repercussões, em virtude dos padrões morais da época. Passaram a ser seus inimigos pessoais, além de adversários políticos, amigos e correligionários como Antônio Cordeiro de Sampaio e seus filhos, os irmãos Sampaio, José Knoll, Paulino Pereira e muitos outros.

A população curitibanense estava dividida em situação e oposição que se digladiavam com unhas e dentes. A oposição era oprimida,

perseguida, espinhada e humilhada. Cabia-lhe o onus dos mais elevados impostos e da mais severa „justiça” policial que prendia, desarmava, surrava, processava por crimes adrede preparados pelo segundo escalão, e dois quais era difficilimo livrar-se sem condenação. Muitos eram sumariamente banidos, expulsos para fora do município, outros constrangidos a assinar Termos de Bem Viver.

O prestígio de Albuquerque no Estado continuava em alta. Localmente, no município, a população estava cada vez mais nitidamente dividida em grupo opressor e grupo oprimido. O esforço da opposição era inútil e, quanto mais fazia, mais era humilhada, perseguida e desprezada.

Essa dicotomia de uma sociedade antes unida, amiga e fraterna, em grupos antagonicos e irreconciliáveis, estabeleceu a crise social que pedia medicação heróica. Tudo, no entanto, teria permanecido no mesmo, pois o homem tem uma extraordinária capacidade de adaptação às mais singulares circunstâncias, se em 1911 não houvesse aparecido, no Faxinal dos Padilhas, município de Campos Novos, um monge curandeiro de nome José Maria, cujas prédicas assemelhavam-se às do profeta João Maria, e do qual “nem afirmando, nem negando” dava a entender que era irmão. Acorreram a ele todos os que estavam doentes e todos aqueles que se sentiam perseguidos e injustiçados, ofendidos e esbulhados, a procura do prometido governo de bondade e de justiça, onde todos fossem amigos e companheiros, onde um auxiliasse o outro, como membros de uma única família, e renunciavam a vinda desse reino de felicidade de abundância e de alegria, chamando-se uns aos outros de “irmãos”, antecipando o governo de justiça e de fraternidade. O monge foi trazido para Taquaraçu, no município de Curitiba, para terras do Cel. Henrique. Afirmavam que Henrique de Almeida teve um encontro secreto com o monge no passo do rio Correntes, fazendo-lhe, nessa ocasião, presente da sua espada.

Afinal de contas Henriquinho era da mesma massa popular supersticiosa, e mais tarde muito lhe custou convencer os officiais do 58º Batalhão de Caçadores, comandados pelo Cel. Estillac Leal, de que nada tinha a ver com os jagunços.

O agrupamento de José Maria foi perseguido pelas suas conotações políticas, sendo o monge diplomaticamente convidado a abandonar o Estado, o que fez em companhia de alguns dos seus seguidores mais fanatizados. Houve Irani e morre o monge. Um ano depois renasce o movimento. Houve Taquaraçu e Caraguatá. Houve Santa Maria e o movimento foi liquidado a ferro e fogo pelo capitão Potiguara.

Assim, tanto os meios sagrados, como os meios profanos, foram inúteis para derrubar Albuquerque, que permanecia firme na chefia política do município. Então os oprimidos, saídos da escola sangrenta da Campanha do Contestado, onde aprenderam a minimizar o valor da vida humana, voltaram outra vez a recorrer aos meios profanos e Francisco Ferreira de Albuquerque foi assassinado de tocaia.

O grupo oprimido, depois da natural comoção produzida pelo acontecimento, conseguiu a sua reforma e reorganização, substituindo Albuquerque pelo seu chefe, o pai dos pobres, o Cel. Henrique de Almeida.

Inverteram-se os papéis, como sempre acontece, e os oprimidos tornaram-se opressores. E a história repetiu-se aproximadamente a mesma: Henrique de Almeida foi assassinado de tocaia. Inútil lhe foi o fetiche que conduzia — uma cabeça seca de gralha azul — para ser magicamente alertado da proximidade dos tocaiaadores, pois esse corvêdo, com o seu áspero e estrídulo gralhar denuncia na mata, sem errar, a presença humana.

Assim foi virada e esquecida essa página sangrenta da história de Curitibanos e da qual tentamos esta pequena sinopse.

Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina Tem Nova Diretoria

Em Assembléia Geral realizada em 24 de outubro do ano findo, foi eleita e empossada a nova Diretoria do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, que ficou assim constituída:

Presidente . . . — Victor Antonio Peluso Júnior
Vice-Presidente — Walter Fernando Piazza
Secretário . . . — Jali Meirinho
Tesoureiro . . . — Sylvia Amélia Carneiro da Cunha
Conselho Fiscal — Valmor Bonifácio de Sena
 Roselys M. Correa dos Santos
 Carlos Humberto Correa

MUSEU DA FAMÍLIA COLONIAL

O Museu da Família Colonial, em Blumenau, durante o ano de 1975 teve o seguinte movimento:

132 excursões com 3.480 participantes
35 Escolas com 989 alunos
4.860 visitantes de várias partes do Brasil

Aspectos da Economia Catarinense Nos Séculos XVIII e XIX

Rosemari Pozzi Eduardo Griggs

(Continuação do número anterior)

1. A EXPLORAÇÃO MADEIREIRA

Nestes anos, a exploração madeireira foi intensiva na região litorânea, sem que houvesse nenhuma preocupação de reflorestamento ou controle da produção. A madeira foi exportada no seu estado mais rude, com beneficiamento elementar. A intenção era exportar, e quanto mais o fizesse, melhor seria. Exportavam principalmente para a Argentina e, no mercado interno, para o Rio de Janeiro, São Paulo, e outros Estados. Entretanto, no começo do século, a exportação de Santa Catarina, correspondente aos anos de 1905 e de 1906 constava de: dormentes, ripas de gis-sara, táboas de costadinho (estes em maior quantidade), mourões, paus de prumo, pernas de serra, pranchões, ripas de madeira, sarrafos, táboas de forro, táboas de assoalho, taboinhas para caixinhas, toras de madeira, vigas, e peças mobiliárias (esta em menor quantidade) 49. Portanto, já havia um certo beneficiamento que, contudo, ainda era elementar.

A devastação continuou destruidora de forma que a exportação de táboas de costadinho pelo porto de Itajaí diminuiu em 1909, em cerca de 07 mil dúzias, embora os preços permanecessem quase inalterados nos últimos anos. Isto ocorreu pelo desmatamento das florestas, o que criou a necessidade da busca da madeira em lugares mais distantes, razão pela qual a produção baixou. E baixando a exportação de Itajaí, baixou também a de Santa Catarina, pois Itajaí como se pode ver pelas cifras abaixo, representava uma parcela substancial na pauta das exportações 50.

ANOS	ITAJAÍ	SANTA CATARINA
1907	623:682\$853	876:025\$893
1908	592:269\$280	770:743\$996
1909	517:407\$498	701:044\$984

A exportação pelo porto de Itajaí aumentou consideravelmente quando começou a exploração das florestas de araucária, a partir de Rio do Sul e se fez a ligação rodoviária Lages-Itajaí.

Em 1912, a Mensagem Governamental relata a exploração madeireira que então começou a expandir-se pelo planalto:

A exploração de madeiras promete aumentar extraordinariamente não só devido à procura sempre crescente, como pela facilidade de transporte, em consequência do desenvolvimento da viação. Possuímos já, além de um grande número de serrarias movidas por força hidráulica, um grande estabelecimento fundado pela Cia. Southern

Lumber Company, à margem do Rio Negro, no lugar denominado Três Barras. Essa grande serraria, em atividade, desde algum tempo, pode produzir diariamente 1041 dúzias de táboas de 4 metros de comprimento. É lícito prever que será colossal a nossa exportação de madeiras, quando a viação férrea do Estado atingir as enormes florestas de araucária do planalto central 51.

No final dessa década surgiu a primeira preocupação com a devastação florestal, no sentido de se exigir medidas governamentais que reprimissem a ação destruidora 52. Os governos posteriores manifestaram esta mesma opinião e de maneira mais veemente:

A derrubada de matas, com a preocupação exclusiva de reduzir madeira à dinheiro, deixando atrás de si zonas devastadas e que, por falta de vegetação e de serem trabalhadas por culturas, se mudarão em desertos, e sem mesmo o cuidado de preservar da destruição árvores que ainda não podem ser aproveitadas industrialmente, há de um dia vingar-se sobre a riqueza, a beleza e a salubridade da nossa terra. Cumpria enfrentar duma vez esse problema, cuja relevância ninguém contesta, estudando-se os meios de, ao mesmo, como princípio de uma ação mais vasta, obrigar ao reflorestamento as empresas que praticam em larga escala a indústria extrativa da madeira, sem terem em vista o aproveitamento do solo 53.

Como resultado dessa preocupação com a defesa dos recursos naturais, surgiram dois decretos em 1927. O primeiro deles, o Decreto nº 29 de 27 de abril de 1927, para regulamentar a Lei nº 1487, de 17 de agosto de 1925, que estabelecia prescrições para o corte e exportação da erva-mate 54, e o segundo, Decreto nº 25, de 23 de fevereiro de 1927, tornando de utilidade pública as reservas florestais do Estado 55.

Às vésperas de 1930, a madeira era exportada quase que exclusivamente serrada em bruto, sem nenhum beneficiamento e dirigida em maior quantidade para o Rio de Janeiro, depois para a Argentina, seguida de São Paulo, e outros Estados 56. Enquanto a exploração madeireira em grande escala começou no litoral com a extração de madeiras de lei pelos imigrantes, no planalto, só começou com a construção da Via Férrea São Paulo--Rio Grande e a ocupação da colonização européia proveniente do Rio Grande do Sul do centro-oeste catarinense. Segundo Delgado de Carvalho, haviam em 1908, 174 serrarias em Santa Catarina, das quais, 19 movidas à vapor. Estavam assim localizadas:

BRUSQUE — 34	TIJUCAS — 32	BLUMENAU — 27
NOVA TRENTO — 17	ITAJAÍ — 12	JOINVILLE — 10

O aproveitamento do pinheiro se fez mais tarde com a construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, sendo que as primeiras serrarias instaladas faziam parte do grupo de empresas associadas à Companhia Ferroviária e compreendia a instalação da grande serraria de Três Barras e de uma outra em Calmon, sendo esta destruída em seu começo pelo incêndio posto pelos fanáticos do Contestado 57. Em 1913, a construção da Linha São Francisco atingiu Três Barras e, em 1918, articulou-

se com Porto União. A construção dessa linha estava vinculada aos interesses da exploração madeireira do planalto catarinense e por isto mesmo comportou a presença da grande serraria Southern Brazil Lumber Co., constituindo esta a maior serraria da América do Sul. Sua produção teve início em 1911 58.

A inexistência de estradas de penetração limitou, durante o período da Primeira Guerra Mundial, a exploração dos pinhais à faixa servida diretamente pela Estrada de Ferro, principalmente na linha São Francisco.

2. AS EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS

A erva-mate constituiu o produto que mais se destacou nas exportações catarinenses para o exterior. Estas exportações cresceram até 1903 (gráfico 1) e a partir do ano seguinte começaram a diminuir constantemente até 1915. As baixas dos anos de 1912, 1914 e 1915, (gráfico 1) podem ser explicadas pela criação de barreiras e postos fiscais na zona de Rio Negro, deixando a erva-mate paranaense de ser exportada por Santa Catarina 59. A Guerra do Contestado também deve ter influído na queda verificada naqueles anos.

A partir de 1916 verificou-se uma ascensão na exportação da erva-mate, que se prolongou até 1928 (gráfico 1), e que pode estar refletindo a anexação do território do Contestado ao Estado catarinense em 1916. Neste período, entretanto ocorreu sensível perda dos mercados, voltando-se os exportadores para o mercado europeu 60.

Os tecidos tiveram grande representatividade nos anos de 1908-09 e nos anos seguintes, até 1929 (gráfico 1). Os tecidos juntamente com a erva-mate e a madeira delinearão a curva da exportação catarinense (gráfico 1). Deve considerar-se que, para alguns anos, os dados sobre tecidos estão incompletos por faltarem as cifras dos anos de 1910-11 e de 1922 - 1923.

Como tecidos foram contados, os tecidos, riscadinhos, camisas de meia, meias de algodão, rendas, cadarços, toalhas, guardanapos e roupas de algodão. A exportação desse produto foi feita pelas cidades de colonização alemã, Blumenau, Brusque e Joinville,

A exportação da madeira apresentou comportamento que vai em ascensão lenta até 1913, vindo a cair em 1914-15 (gráfico 1). Esta queda pode estar relacionada à diminuição das importações, como também à diminuição da produção de madeira do planalto, em consequência da Guerra do Contestado. A partir de 1916 as exportações madeireiras cresceram até 1928, chegando mesmo a ultrapassar as exportações da erva-mate. Este crescimento pode estar relacionado à facilidade de escoamento a partir da construção do tronco ferroviário ligando o oeste catarinense ao porto de São Francisco.

O primeiro grande impulso nas exportações catarinenses de madeiras, coincidiu com o período da substituição de importações em consequência da Primeira Guerra Mundial. Sabe-se que, antes desse período, o Brasil importou madeira em quantidades e valores superiores as exporta-

ções do mesmo produto. Estas importações constituíam madeiras para fabricação de móveis, além do que importava também grande quantidade de artefatos de madeira.

Deve considerar-se que as cifras correspondentes à madeira certamente correspondem à toda exportação madeireira de Santa Catarina, no período de 1894-1930, uma vez que é admissível a ocorrência do contrabando em maior escala do que em épocas mais recentes e que, portanto, o valor das exportações desse produto, deve ser superior ao apresentado pelos Relatórios e Mensagens dos Presidentes e Governadores do Estado.

Outros produtos completavam o quadro das exportações catarinenses, como, a banha, derivados de suínos, e a manteiga que figuravam, algumas vezes em primeiro lugar e isto ocorreu justamente nos anos de queda da madeira, do mate e dos tecidos, ou seja nos anos de 1913, 1914, e 1915.

Outro produto, a farinha de mandioca, passou do século XIX ao século atual em comportamento de baixa, apresentando leve ascensão em 1915, e atingindo o seu máximo em 1924 e 1925 (gráfico nº 2). Este produto esteve muito sujeito às flutuações do mercado dos Estados do norte do País que só o adquiriam em épocas de secas e, possivelmente, às flutuações sazonais.

Portanto, foram estes produtos que constituíram o suporte da economia de exportação de Santa Catarina, e não somente um deles, no período de 1894-1930. Ao contrário dos outros Estados sulinos, Santa Catarina não teve, nesse período, produto básico na pauta das suas exportações.

A exportação catarinense de madeira no período de 1901-07, ao contrário da exportação brasileira, cresceu ao ponto de ultrapassar a brasileira, em 1906 (gráfico 3). Nos anos seguintes, a exportação brasileira cresceu sempre, enquanto que a catarinense sofreu duas baixas, em 1910-11 e em 1914-15, para subir vertiginosamente a partir de 1916, vindo a cair novamente em 1926-27, refletindo a crise madeireira nacional. Deve considerar-se, neste caso, que as exportações catarinenses de madeira compreendem tanto as que se destinaram para o mercado interno, como para o exterior.

A exportação madeireira apresentou grande impulso a partir de 1910-11, vindo a sofrer oscilações a partir de 1920-21 (gráfico 4), que correspondem a primeira crise internacional que seguiu à Guerra Mundial. Este primeiro impulso, verificado na exportação de madeiras de Santa Catarina e do Brasil, foi provocado em quase sua totalidade pela exploração do pinho araucária que, teve início no Estado do Paraná, difundindo-se nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

IV A MADEIRA — O GRANDE IMPULSO A PARTIR DA DÉCADA DE 40

1 — A CONJUNTURA NACIONAL

A economia brasileira, a partir da crise de 29, apresentou gran-

de crescimento com a industrialização substitutiva de importações, sendo esta acompanhada de uma política econômica voltada para a defesa da economia nacional. Após o estabelecimento do Estado Novo (1937), Vargas implantou medidas que favoreceram as indústrias, notadamente os setores que estavam em expansão. Com a preocupação de unificação do mercado nacional, foram derrubadas as barreiras entre os Estados.

Os interesses dos setores tradicionais da economia brasileira foram defendidos, através da criação de órgãos-estatais, como o foram os Institutos Nacionais do café, do açúcar, do cacau, da borracha e do pinho. A criação desses órgãos visava à proteção dos preços, como também o controle da produção, temendo-se a super-produção que havia ocorrido no período da Grande Depressão 62.

A criação da Comissão da Defesa da Economia Nacional teve suas atenções voltadas para o problema madeireiro, a super-produção, grandes estoques ao longo das ferrovias, e nos portos, preços em baixa. Sua primeira resolução foi mandar proceder ao levantamento da capacidade de produção do parque madeireiro dos Estados do sul, com o objetivo de limitar a produção. Para executar essa tarefa, foi criado o Serviço do Pinho, em 1940, do qual se originou o Instituto Nacional do Pinho.

O Serviço do Pinho mediu a capacidade de importação por parte do mercado argentino e depois de fixar cotas de exportação, distribuiu-as entre os Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Através do Decreto-Lei nº 3.124, de 19 de março de 1941, foi criado o Instituto Nacional do Pinho (INP), que foi reorganizado pelo Decreto-Lei nº 4.983, de 8 de outubro de 1942, como entidade paraestatal, sob a jurisdição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, objetivando a normalização e defesa da produção madeireira, o aperfeiçoamento dos métodos da produção, o desenvolvimento do comércio, e o estabelecimento de um sistema de circulação, da produção, distribuição, e consumo. A primeira medida colocada em prática constituiu o estabelecimento de normas de funcionamento e instalação de serrarias, fábricas de caixas e de beneficiamento de madeiras, de acordo com a capacidade dos centros produtores e as possibilidades de escoamento da produção. Visava limitar a devastação improdutiva da floresta, ao mesmo tempo que procedia o levantamento das reservas florestais, promovia o reflorestamento, criava parques de reflorestamento, e incentivava a educação florestal.

Na realidade, este período de preocupação com a defesa da economia madeireira, foi precedido e acompanhado de uma valorização do setor madeireiro e crescimento da economia madeireira, justificando-se assim o poder da classe madeireira frente aos órgãos públicos, inclusive forçando a criação do INP.

O fortalecimento e a industrialização do setor madeireiro, porém, só se verificaria em consequência das circunstâncias pela crise de 1929, e pela Segunda Guerra Mundial, embora tivesse havido um impulso menor em virtude da Primeira Guerra Mundial.

O Brasil foi grande importador de madeiras até o começo dos anos 30, importou principalmente madeiras para mobiliário, entre elas, o

pinho de Riga, madeiras da Alemanha, dos países escandinavos, além de aduelas, arcos, cortiça, dormentes, móveis e de pasta mecânica. 63.

Até 1914, a importação de madeiras excedeu a exportação do produto em toneladas. Embora a importação houvesse caído em 1915 - 16, ela continuou representativa, apresentando fases agudas, de baixa, nos períodos correspondentes às crises internacionais de 1921 - 22 e de 1939 - 40, e a crise nacional de 1930 - 31. Estas fases de crise no abastecimento interno, como também externo de madeiras, é que proporcionaram o desenvolvimento da indústria nacional de madeiras.

No período de 1903 - 06, a importação de madeira superava ainda, em valor à exportação, e nos anos de 1911 - 14, tanto a exportação como a importação mantiveram-se lado a lado. A importação de madeiras apresentou queda no período da Primeira Guerra Mundial, porém se reabilitou ultrapassando a exportação em valor, nos anos de 1929 - 30 e de 1935 - 36. A partir dos anos que se seguiram, entretanto, as importações de madeira caíram continuamente, refletindo a crise no abastecimento de madeiras e o conseqüente desenvolvimento da Indústria nacional.

A substituição da importação de produtos industrializados derivados da madeira, se fez a partir da Segunda Guerra Mundial, salvo do papel, cuja produção brasileira, ainda não atingiu etapa em que se poderia dispensar as importações,

2. — A CONJUNTURA CATARINENSE

A economia catarinense nos anos 40 refletiu o crescimento industrial que se verificou no Brasil, em virtude da crise no fornecimento de produtos industrializados pelos países envolvidos na Segunda Guerra Mundial. Em função da substituição de importações, ocorreu o desenvolvimento da indústria de tecidos que conquistou o mercado nacional de felpudos e malhas; do carvão que passou a ser consumido em grande escala, na impossibilidade de importação do carvão estrangeiro; a indústria de gêneros alimentícios que prosperou na região centro-oeste e deu origem ao maior grupo especializado na industrialização de derivados de suínos (SADIA), no País; da indústria metalúrgica que se concentrou em Joinville; da indústria madeireira e de seus derivados que tiveram grande crescimento nas regiões do planalto e no vale do Itajaí.

A economia catarinense que, nos primeiros 30 anos deste século, caracterizava-se por apresentar uma exportação diversificada, onde se destacava a erva-mate, no período de 1931 - 47 continuou apresentando a mesma diversificação, porém, a erva-mate foi superada pela madeira, tecidos, e a banha que, juntos deleniaram a curva das exportações catarinenses. Neste período a madeira passou a ser o produto mais exportado, porém sua predominância foi semelhante a da erva-mate no período anterior, porque foi seguida de perto pelos tecidos, e outros alimentícios.

Constituem, aliás, os três produtos do setor tradicional, base da economia catarinense. O gráfico VII evidencia que a soma dos seis produtos que sustentam a economia determinaram a curva da exportação to-

tal e que, apesar do período de guerra, as exportações cresceram, notadamente a de tecidos e a de madeira.

3 — A CONJUNTURA MADEIREIRA

A indústria madeireira foi marcada por uma crise na passagem dos anos 20 para os anos 30. Esta crise se evidenciou em fins de 1927, quando a alta do café e os lucros auferidos pelas indústrias do açúcar e do algodão originaram uma febre de negócios em São Paulo. Nessa ocasião, os madeireiros paranaenses e catarinenses contavam com uma produção diminuta e exportação limitada por falta de material na São Paulo — Rio Grande, quando a Argentina entrou no mercado, e comprou toda a produção estocada nos portos de Paranaguá e São Francisco.

A intensa demanda do produto, fez com que os madeireiros sulinos se entusiasmassem de modo a se lançarem no aumento da produção com aquisição de novas instalações, maquinário moderno e pinheirais. Quando tudo indicava que os negócios estavam crescendo, a Argentina passou a comprar pinho europeu, desinteressando-se pela madeira brasileira; o mercado do Rio de Janeiro começou a fazer exigências quanto às suas encomendas; São Paulo restringiu-se à compra de madeiras para construção, e logo ocorre a formação de estoque superiores às necessidades. Diante disto, a madeira teria que cair nas cotações, provocando assim a queda dos preços 64.

Uma nova crise atingiu os Estados sulinos, no princípio de 1930, com a super produção em relação ao consumo, pois diminuíram as exportações tanto para o mercado interno como para o externo. Esta crise pode estar relacionada à crise mundial de 29 que se fez refletir na economia latino-americana, diminuindo-lhe o poder aquisitivo. No caso da Argentina, a maior consumidora de madeiras brasileiras, ocorreu a diminuição das exportações de trigo e conseqüente baixa dos preços, o que deve ter alterado as trocas comerciais entre este País e o Brasil.

As exportações para a Europa também caíram, uma vez que a crise de 29 também a atingiu gravemente.

Por sua vez, o movimento revolucionário de 1930, veio agravar ainda mais a crise madeireira, na medida em que fez diminuir sensivelmente o embarque de madeiras em todos os Estados meridionais e provocou a queda no comércio de madeiras nos mercados do Rio e de São Paulo, favorecendo a formação de grandes estoques 65. Mesmo depois do movimento, com a normalização do tráfego e o restabelecimento das entregas de madeira, verificou-se nova baixa nos preços em virtude da super produção que chegou ao ponto da madeira ser vendida por preços inferiores aos custos da produção. Serrava-se a madeira descontroladamente, destruía-se o patrimônio florestal sem lucro algum.

Esta crise se fez sentir na exportação das madeiras catarinenses, em que a exportação apesar de não cair em quantidade, caiu quanto ao valor. A partir de 1932, a exportação da madeira catarinense começou a subir tanto em quantidade como em valor, até 1939. Em 1940, sofreu baixa, tanto na quantidade quanto no valor. Essa queda é reflexo da

crise madeireira registrada em todo o País, como a maior crise até então. Cabe lembrar que este período corresponde à Segunda Guerra Mundial, e os mercados do hemisfério norte se fecharam para a madeira brasileira. A guerra também ocasionou a perda de mercados na medida em que provocou a carência de combustível e de transporte, dentro e fora do País, pois a madeira deixou de ser vendida por falta de escoamento. Neste período ocorreu também a falta de transporte para a Argentina, o que fez diminuir a exportação de pinho serrado. No entanto, melhorou o intercâmbio com os Estados Unidos, com a União Sul Africana, e com o Uruguai. Quanto ao comércio interno, diminuíram as compras do Rio G. do Sul e de São Paulo, enquanto que cresceram as compras do Distrito Federal 66. Embora ocorresse uma série de dificuldades, quanto aos mercados e com relação aos transportes ferroviários e rodoviários, pela deficiência e mesmo ausência de importação de certos produtos, como peças e acessórios indispensáveis aos veículos, além da restrição para o consumo da gasolina e do decréscimo do número de navios vindos à Santa Catarina, a exportação da madeira cresceu a partir de 1941.

Nos anos 30, a indústria da madeira desenvolveu-se no sentido de maior industrialização e assim a indústria de compensados e laminados tomou impulso, aumentando a produção de artefatos de madeiras de pasta mecânica e de papel 67.

A super produção caracterizada pela devastação indiscriminada, no mesmo período ante-guerra, foi apontada pelo Governo Estadual que chamou a atenção para as pilhas de madeira à margem dos trilhos da São Paulo - Rio Grande e que estavam apodrecendo e se desvalorizando.

Segundo Lourival Câmara, em julho de 1944, aguardava transporte, na estação ferroviária interestadual, 112.837 m³ de madeiras correspondentes a 4.046 vagões, no valor de Cr\$ 55:044.580,00. Outros produtos estavam lá, nas mesmas condições.

a — 15.750 m³ de caixas desarmadas, correspondentes à 564 vagões no valor de Cr\$ 11.530.700,00.

b — 85 toneladas de compensados, no valor de Cr\$ 117.600,00.

c — 3.707 toneladas de pasta mecânica, no valor de Cr\$......
3.446.800,00 68.

Estes estoques às margens da ferrovia, resultaram tanto da produção descontrolada como da carência dos transportes ferroviários, que, além de não fornecerem o número de vagões necessários, apresentavam material obsoleto e, portanto, ineficiente.

A exportação catarinense de madeiras alcançou nesse período os mais altos índices de participação no total da exportação do Estado (quadro 3).

QUADRO 3

(Porcentagem da exportação catarinense de madeiras sobre o total das exportações do Estado — 1930 - 47).

A N O S	%
1930	11,0
1931	10,6
1932	11,2
1933	13,7
1934	13,7
1935	15,4
1936	15,7
1937	19,0
1938	24,7
1939	27,1
1940	24,7
1941	26,9
1942	38,1
1943	28,0
1944	25,2
1945	27,2
1946	31,5
1947	26,7

A exportação catarinense de madeira, no período 1930 - 47, apresentou o mesmo movimento das exportações brasileiras de pinho e do total de madeiras. Os primeiros anos foram de crise e logo a seguir começou a expansão, ocorrendo a alta dos preços no período da guerra. O setor madeireiro conheceu, a partir de 1934 - 35, novo impulso, sendo este bem mais forte do que o primeiro (1916 - 1926), que, contudo, teve seu período crítico a partir de 1949 - 50, com a super-produção, grandes estoques e preços baixíssimos. Isto pode ser notado tanto nas exportações catarinenses, como nas brasileiras.

NOTAS DE RODAPÉ

49 — SANTA CATARINA, Ramos, 1912. p. 143.

50 — Ibid, 1913. p. 96

51 — SANTA CATARINA, Luz, 1923, p. 65

52 — SANTA CATARINA (Estado) Governador, 1926 - 30 (Konder), Mensagem do Governador Adolpho Konder ao Congresso Representativo Estadual. Florianópolis, "O Dia", 1927, p. 38

53 — Ibid. p. 39

54 — SANTA CATARINA (Estado) Presidente em exercício, 1930 (Viana). Mensagem ao Presidente em exercício, A. B. Bulcão Viana à Assembléia Legislativa Estadual. Florianópolis, "O Dia", 1930, p. 24

55 — SANTA CATARINA e sua economia; sua riqueza florestal, p. 97.

56 — PEREIRA, C. da C. A região das araucárias. Rev. IGHSC, Florianópolis, 31 - 69, 1943.

57 — SANTA CATARINA (Estado) Governador, em exercício, 1915 (Pinho). Mensagem do Governador João Guimarães Pinho ao Congresso Representativo Estadual. Florianópolis, "O Dia", 1915. p. 23.

58 — SANTA CATARINA, Konder, p. 38.

59 — FURTADO, C. *Análise do modelo brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1972. p. 22.

60 — Em 1930, o Brasil importou, 49.667 toneladas de artefatos de madeira no valor de Cr\$ 24.666,685.

Brasil, Ministério das Relações Exteriores. *Serviço Comerciais Estatísticas e Diagramas*. Rio de Janeiro, Nacional, 1933. p. 54.

61 — SOUZA, P. F. *Tecnologia de produtos florestais*. Rio de Janeiro, Nacional, 1947, p. 44-45.

62 — REVISTA FLORESTAL. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, v. 1, n^o 12, jun. 1930. 32 p

63 — SANTA CATARINA (Estado) Interventor, 1937 - 45 (Ramos). Relatório do Interventor Federal ao Presidente da República, 1940. Fpolis, Oficial 1941. p. 83.

64 — CÂMARA, L. Reflexos da guerra na economia catariense. Fpolis, Departamento Estadual de Estatística, 1945. p. 21

Fonte: Relatórios e Mensagens dos Governadores—1936 - 1948.

65 — Ibid.



BLUMENAU EM CADERNOS

Fundação de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina
Propriedade da FUNDAÇÃO CASA DR. BLUMENAU

IMPRESSO EM OFICINAS PRÓPRIAS

Direção: F. C. Allende

Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 25,00

Número avulso Cr\$ 3,00 -- Atrazado Cr\$ 5,00

Assinatura para o exterior, Cr\$ 50,00 anuais

Alameda Duque de Caxias, 64 — Caixa Postal, 425
89.100 BLUMENAU — Santa Catarina — BRASIL

A Estância das Araucárias

Evaldo Trierweiler

(Continuação do número anterior)

Cansados da viagem e das peripécias do dia, alcançaram a localidade de Três Barras onde pernoveram. No dia seguinte prosseguiram e pousaram sem novidades na freguesia de Canoíhas. Com mais seis ou oito quilômetros de péssima estrada estariam em casa, a saber, na nova residência. Era ali que em parte se desenrolaria o drama de que se ocupam estas páginas.

Descarregada a mudança com ajuda dos vizinhos que se fizeram presentes, umas senhoras ajudaram a preparar uma frugal refeição. Depois das despedidas, cada um arranjar-se como pode. Elisa que viajara praticamente sem dizer palavra, lembrou antes de dormir a figura querida de Antoninho Camilo secundada pelo do jagunço que a estivera espreitando. Uma sensação esquisita poderou-se da moça por instantes. Parecia estar desfeito o seu namoro e ela se via nos braços do jagunço. A lembrança do amado fê-la voltar a si. Fora apenas um devaneio mau. Já passou pensou.

Já não posso vê-lo todos os dias, nem escutar suas toadas. Longe ficavam seus encontros fortuitos às escondidas. Jamais trocariam juras de amor. Sonhando com a doce imagem do amado, estorvada pelo jagunço, passou-se a noite na nova morada.

x x x

Cinco anos foram tragados pelas fauces devoradoras do tempo. Cinco anos de lutas e suados labores por parte de Marcos e Magda. Eles se deram bem no novo torrão. Novas criações vieram enriquecer-lhes o rebanho. O gado que trouxera que era de dez ou doze cabeças somava agora uma tropa de mais ou menos sessenta cabeças. Apreciável rebanho de carneiros fornecia-lhes carne e lã. Umhas varas de porcos aumentara-lhes a fortuna com a venda da banha. Engordar porcos era fácil dada a grande quantidade de pinhão e coquinhos-cachorro. Após a safra dos pinhões jogavam o bicho no curral e ali com pouco mais de trato o cevado estava em ponto de berrar na faca e fornecer banha para o comércio. Ao lado das criações e lavouras dedicavam-se ainda a extração da erva-mate que naqueles dias chegava até cinco mil réis a arroba. Essa fonte de riqueza crescia selvagem sob o toldo dos pinheiros.

Na época ervateira, saíam pela manhã e mutilavam as árvores num corte de esquelha, debaixo para cima. A árvore assim tratada brotava novamente e dentro de quatro ou cinco anos fornecia erva novamente. Ervais assim tratados anteriormente agora já estavam em ponto de serem podados novamente. Os homens se encarregavam de podar as árvores e as mulheres e crianças arrastavam a galhada para o monte. Como a erva devia ser chamuscada, juntavam-se grandes pilhas de grimpas de pinheiro e acendia-se a fogueira. Feito o chamusco, os ramos eram quebrados ao tamanho de trinta a quarenta cms. e colocados sobre duas tiras de taquaras

entre duas estacas adrede fincadas. Tinham estas uns 80 centímetros e estavam bem firmes pra receber a erva bem calcada. Quando assim calcada era amarrada e torcidas as extremidades das taquaras faziam-se duas alças que prendiam os feixes de erva às cangalhas dos animais que deviam conduzi-las ao barbaquá. No barbaquá beneficiavam a erva a seu modo.

O barbaquá, espécie de moinho da erva, era um rancho bastante espaçoso. Dentro destacava-se um grande círculo cavado no chão. Este era coberto por um assoalho circular. Uma parede rotunda inclinada fechava o círculo. Do centro erguia-se um mastro com extremidades de ferro. Este mastro circulava numa caidade também de ferro, preso no assoalho e a outra num casqueiro ou linha preso a duas vigas do galpão.

No mastro estava preso um enorme pião com torno de ferro que permitia atrelar-se um animal e puxá-lo em círculo. Pra triturar a erva o grosso pião tinha dentes de madeira em torno, cujas extremidades eram chanfradas a fim de melhor esmigalhar a erva. O animal atrelado caminhava algumas horas até a erva ficar toda em ponto de ensaque. Antes porém de ser colocada no barbaquá a erva sofria outro processo. Os feixes descarregados dos muares eram colocados de sorte que as hastes ficavam de pé, sobre um carijo. Girau de paus roliços quadriculados de 10 centímetros. No solo do carijo abria-se um túnel onde fora uns quinze metros na boca do túnel acendia-se uma fogueira que apressava a secagem da erva-mate sobre o carijo.

Depois de moída a erva, peneirava-se e socava-se nos sacos para depois ser transportada e vendida. Nos armazéns a erva era pesada e sobravam sempre alguns quilos pelos quais os espertos negociantes pagavam um trago de cachaça ou davam um brinde qualquer. No fim da safra no entanto sobravam de mil a mil e quinhentos quilos. Seriam no fim da safra cerca de cem arrobas compradas por nada e vendidas a dez doze cruzeiros preço a que atingiu a erva naqueles últimos anos.

Em pouco tempo os negociantes eram donos de vastos pinheirais, milhões em terras e diziam que os tempos andavam bicudos. Vejam só as subtilezas dos marotos, diria Machado de Assis.

Naqueles dias valia a pena dedicar-se aos misteres da erva. No início da safra ela valia cerca de cinco mil réis a arroba para no fim da safra ser vendida até a quinze e às vezes a dezoito mil réis a arroba. Quem vendesse entre oitocentas ou mil arrobas enriquecia e tanto mais se possuía meios de esperar os preços subirem,

Os pobres tinham de vendê-la por preços baixos, pois não podiam esperar. A necessidade falava mais alto. Empurravam-na a qualquer preço, contanto que entrasse o dinheiro para satisfazer as bocas que já esperavam alimento. Os mais ricos podiam esperar e quanto lucro dava isto se podia saber pelos cavalos ensilhados e ricamente ajaezados onde a prataria luzia e o metal branco tinha o seu lugar.

Cada filho possuía o seu cavalo ensilhado e apresentava-se com um pala espécie de manto longo retangular com franjas, aberto ao centro para passar a cabeça e cair sobre os ombros. Calçavam botas de longos canos que iam até acima do joelho e terminavam numa bocarra de couro

duro e luzidio. Os meninos da época diziam do suplicante que usava tais calçados que o mesmo não precisava de privada. Mais tarde vieram as botinhas que eram presas com correias abaixo dos joelhos. Ao lado desses petrechos, para resguardar da chuva traziam um grande chapéu de couro com barbicacho. Nos dias de festa apareciam de palinha. Manto de igual forma ao descrito, também com franjas, mas de tecido mais delicado e de bom preço. Era considerado de boas posses o cavalheiro que pudesse ostentar um palinha numa solenidade. Mais tarde apareceram os "ponchos", grandes mantos godês, impermeáveis e com gola, ao preço de Cento e vinte até cento e cinquenta mil réis. Neles não passava chuva nem mesmo a torrencial dos célebres pampeiros.

Como os tempos fossem perigosos e o povo aguerrido, sucediam-se os treinos de tiro ao alvo. As balas eram baratas. Ao preço de tostão ou duzentos réis podiam municionar um pente de balas para calibre trinta e dois ou o mais em uso o célebre trinta e oito de cabo de madreperola. Esta pechincha permitia que eles andassem bem providos e o cinturão bem recheado.

Um pedaço aparado de uma viga, colocado sobre o cepo de um pinheiro constituia o alvo para o início do treino dos principiantes. Quando já bem amestrados, deitavam uma garrafa sobre um moirão de cerca e de uma distância de vinte metros tentavam tirar-lhe o fundo. Quando isto acontecia o herói era aclamado bom atirador. Dali passava a tirar olhos de galos ou galinhas, acertarem pássaros voando, e sobretudo derrubar pinhas com certos tiros nas hastes.

Certa vez uns granfinos que viajavam num automóvel, (Isto aconteceu anos depois desta história), estacionaram em frente à casa de uma fazenda. Conversaram com o proprietário e como havia no terreiro um belo galináceo, perguntaram se era permitido experimentar suas armas naquela ave. Consultada a mulher do fazendeiro, esta aquiesceu e eles passaram a atirar. O galo meio desconfiado virava a cabeça para o céu a ver se era mesmo ele que devia cair vítima dos maus atiradores. Já haviam atirado bastante, sem acertar, quando o fazendeiro chamou um filho, rapazola de seus quatorze anos, se tanto e disse:

— Tire os olhos daquele galo.

O menino sacou de um trinta e oito e o galo debateu-se sem as vistas até morrer. Os granfinos nada disseram, embarcaram no carro e saíram em alta velocidade a 10 km. por hora.

Se por um lado havia bons atiradores para derrubar pinhas, por outro lado havia bons trepadores. Para escalar um pinheiro de média grossura de dez a quinze metros de altura, era um já. Uns trepavam com manieia, isto é, uma correia trançada nos pés. A qual além de manter os pés bem encostados ao pinheiro, ainda ajudava a firmar o trepador para novos lances de subida. Outros subiam mesmo sem manieia o que era verdadeira prova de resistência. No alto sacudiam os galhos até a pinha desprender-se da haste.

Muitas vezes admirei essa resistência do caboclo bravo. Aos sábados e domingos de inverno se não se exercitavam nas armas, abraçavam-se ao tronco do pinheiro e o escalavam como um pica-pau. Outros

mais fracos contentavam-se em ajuntar os pinhões derrubados pelo vento, papagaios, gralhas e outros.

Marcos também passava exercitando-se nas armas e com ele os filhos. Caso os jagunços atacassem, estavam bem preparados para defender-se.

Os jagunços haviam-se tornado fortes. Em bandos depredavam as plantações, dizimavam o gado, roubavam cavalos. Quem fosse atingido pela roubalheira que ficasse quieto. As represálias eram sangrentas. Atiravam para ver o tombo. Atavam a vítima à cincha do cavalo e o arrastavam até botar a alma pela boca. Assaltavam casas, incendiando-as após o saque. As mulheres eram violentadas. As moças eram levadas por eles. Não se conhecia compaixão. Quando as não podiam levar, cortavam os dedos delas para levar os anéis. As orelhas para carregar os brincos e os seios para satisfazer sua maldade e malícia e vê-las esvair-se em sangue. Um frêmito de horror avassalou os corações. A população apelou para o governo. Até que as forças do governo chegaram, muitas casas haviam sido depredadas e queimadas. Muitas mortes, muitos assassinios barbaramente executados. E as forças do governo também de pronto não puderam vencer aqueles bandidos, vaqueanos nas inírias veredas do sertão. Mister se fez combatê-los e praticamente permitir que morressem à mingua, para que assim dizimados se entregassem.

C A P Í T U L O I V

Os bandos andavam às soltas. As cavalgadas eram temidas, nada se esperava de bom por onde passassem. Ao longo das estradas havia sempre um boteco, onde abundava a célebre branquinha. Ali a tropa se dessedentava e não raras vezes ia às vias do fato. Nessas cachaçadas se contavam as proezas, lamentavelmente célebres, as valentias e atrocidades. Avultava então a pessoa do chefe, líder do grupo, que ostentava bravura, narrando as sangrentas lutas em que tomara parte. Contava nos dedos das mãos o número de vítimas inermes que haviam caído sob suas balas, punhal ou facão. Narrava as pejejas renhidas: a bala, arma branca, corpo a corpo em disputa da liderança.

Era uma tarde brumosa. O sol se recolhera sobre as nuvens, fazia um frio de arrepiar. Chovia uma chuva fininha daquelas de gelar as carnes e penetrar até a medula. Uma brisa cortante punha vozes nas árvores. Aos seus caprichos embalavam-se as samambaias. Dois cavaleiros iam entrando no arraial e anunciaram a chegada de Tião Bento.

— Vamos ter encrenca, falou Davi Correia, dono de um boteco.

— Os poucos frequentadores, sem dizer palavra, retiraram-se. Os dois homens entraram e foram dizendo:

— Bota um trago, seu... Frio hoje...

— É. Onde vem?

— Viemos de Valões e queremos passar a noite aqui. O Tião Bento vem aí. Está disposto como sempre e quer fazer uma farra.

— Correia nada disse, sabia que era inútil. Serviu o trago pedido e ficou cismando.

O Tião Bento era o "cabra" mais temido na região. Os mais

covardes já se haviam retirado, os que ficaram também foram-se retirando. Houve quem não se acovardasse e deixou-se ficar. Sem demora, montados em fogosos cavalos roubados em alguma fazenda, os bandidos em violentas "sentadas" das alimárias pararam em frente ao boteco. Um relinchar alegre das cavalgadas que precederam, saudou os companheiros de jornada, enquanto o bando entrava sem cerimônia pelas portas da venda como aves em espessa ramaria.

Dentro em pouco o pandemônio estava formado. Tiros soaram. Populares fugiam. Homens rastejavam para escapar as balas. Mulheres se recolhiam no interior das casas e pediam a Virgem Santíssima as livrasse das mãos horrendas daqueles sanguinários. Enquanto zuniam as balas aumentava o vozerio dos bandidos.

Antoninho Camilo desde que Elisa partira, viveu apático. Era um guapo moço. Tinha seus vinte e dois anos e tudo preparava para encontrar-se com sua eleita. Possuía um belo cavalo ensilhado. Grandes roças de milho e vastos alqueires de erval que prometiam boa renda. Também algumas cabeças de gado. Bom começo para um moço daquela idade.

Naquela tarde havia ido repontar o gado para outra internada. Internada com mais mato, taquaras e cará, pois que os campos bastante secos ofereciam escassas rações a esta altura do inverno.

Voltava nesse instante do capão para onde repontara o gado. Escutando de longe o ruído no povoado pensou consigo mesmo: Tião Bento deve andar por ai. Entre receioso e prudente foi chegando de mansinho para não ser pressentido. Não havia recurso tinha de passar por ali.

Nesse instante, Tião Bento penetrava no boteco e quem havia de encontrar num canto, tranquilo, alheio ao mundo o Tônico de quem tinha uma sede de sangue. E rugiu:

— Desgraçado, me pagas! Hei de beber teu sangue golo por gole, miserável, bandido! Cão do inferno!

Tônico um bandido de longas barbas negras, imperturbável, navalha em punho falou: — Tião, tu achas que és homem, mas enquanto existir mulher... deixa de ser pateta. Bala é bala e só não fala quando o corpo está frio.

— Não estou para discursos agora. Você foi o infame que entrou pela casa do Quincas e fez miséria na filha e mulher dele, com dois moleques que já mandei para o outro mundo sem passagem de volta.

— Com muita honra, ia deixá aquelas muié para bicho feio da tua marca.

— Canaia! onde deixou os brinco cravejado de brilhante e os anel de ouro com as pedra? bradou Tião vermelho de raiva. Apois vamicê vai m'intregá esta jóia, miserave, que de direito me pertencem. Hei de bebê teu sangue, marvado. Já prumeti e não vorto atrás.

— A palavra do homem é o próprio homem, disse Tônico sacando as jóias que trazia num bolsinho da guaiaca.

Tião ao ver as jóias tornou-se escarlata. Seus olhos faiscaram. Emitiram chispas de fogo. Ódio e desespero em convulsão...

— Passe-me esses objeto, seu desgraçado ou eu...

— Nunca, veinho, tuas mão imunda vão tocá nos brinco e anês daquelas peste, falou num tom completamente apático o Tónico. Os capangas de Tião tremiam. De modo algum podiam compreender tamanho desafio ao chefe.

— Mando uma vez só... gaguejou o Tião.

— São meus e guardou-os no bolso da guaiaca donde os tirara bem na cara do Tião sem despregar os olhos do bandido.

Estupefato o bandido passou pelas cores do arco-iris e depois como que atacado pelas fúrias, sacou do 38 e... A arma luziu um instante no ar. Com incrível agilidade, Tónico cai sobre os pés de Tião que não cai porque amparado por seus homens pára de encontro ao balcão. Perdendo de derrubar o adversário Tónico arranca um banco semi-pregado à parede e antes que se refizessem do susto estatela os capangas e o próprio Tião rodopiou e soltando uma praga firmou-se sem cair. Ao dar conta do acontecido, tinha pela frente um adversário com dois 38 e uma navalha trançada nos artelhos. Desafiadoramente olhava o bandido com aqueles olhos frios, intimoratos. Tónico parecia um herói do Far-West.

Um capanga avançou e a falsa fé quis tomar-lhe a arma. Uma bala furou o teto da casa e perdeu-se no infinito, na rapidez com que Tónico com a navalha golpeou o cabra na perna. Tião aproveitou a vasa e desfechou um tiro. Tónico previa-o e rolou no chão soltando as tripas de um bandido. Nova bala atravessa a parede no local onde antes estivera o corpo de Tónico.

— Atiras bem, macaco, mas quero botar tuas tripas ao comprido...

No paroxismo da fúria Tião passou a atirar a torto e direito. Um capanga se esvaia em sangue e o outro aí estava com as tripas de fora. No boteco só ficaram os feridos e os dois contedores. Tónico dominava o adversário com seu olhar frio, calculista. Tião descarregara a arma quando de fora soou um grito lancinante. O bandido chegou à porta e vendo um moço cair do cavalo, atirou-se ao seu cavalo, montou num ápice e com os restantes capangas desapareceu. Tónico ferido numa perna tratou de pegar o caminho da casa.

Que acontecera? A última bala desfechada por Tião ricocheteou num cepo de imbuia que avultava do chão ao lado da estrada onde ia passando Antoninho Camilo. Este recebeu-a em cheio no peito. Soltou o grito e foi escorregando até o chão onde caiu de joelhos, ficou por instantes naquela posição de quem parecia orar e caiu para sempre.

Os pais recolheram o cadáver com ajuda dos vizinhos que acorreram, velaram-no e o enterraram no dia seguinte no velho cemitério. Encerrara-se o capítulo do incipiente amor de Elisa.

x x x

Lá ao longe Elisa sonhava com o amado. Que poderia haver? Nunca viera visitá-la e agora que completara 22 anos escrevera que lhe faria uma visita. Ela contava os dias. Parecia uma eternidade desde a última carta quando esperava recebê-lo em pessoa. Por isso passava os dias numa ânsia indescritível. Formava mil e uma conjecturas de como

poderia ser o amado, alto, esbelto, forte, bem apessoado. Que desejo de revê-lo.

A esse tempo toda família já sabia do namoro e olhava com bons olhos o rapaz que se sabia era homem feito. Também a família ansiava pela visita do jovem de quem tinham as melhores informações.

Num dia em que Marcos fora à cidade voltou trazendo entre a correspondência uma carta tarjada de preto, em uso para transmissões de notícias de luto. Estava endereçada à sua filha, por isso Marcos não a abriu.

Em casa entregou-a à filha. Elisa leu algumas linhas, soltou um grito de desespero e foi amparar-se nos braços da mãe.

— Que foi, minha filha, que foi? repetiu consternada Magda. Quem morreu?

Elisa desandou num choro convulso, o corpo tremendo, abraçada à mãe, segurando nas mãos a fatídica carta. Magda tomou-a das mãos de Elisa que no seu desespero não se opôs e inteirou-se do conteúdo. Lágrimas quentes brotaram-lhe dos olhos.

— Ele não morreu, não é? Diga, minha mãe, que ele vive e soluçava de comover uma rocha. Morto! Morto! Na curva do caminho, quando para cá viemos ele ainda me acenou. Acenou para a morte. Agora descansa em terra fria.

Os soluços ecoaram pela casa. Marcos recebeu a filha nos braços e procurou consolá-la. Lágrimas brilharam dos olhos daquele homem forte acostumado aos mais severos reveses da vida. Perigos de toda espécie havia afrontado. Luto na família era a primeira vez e de modo indireto. Pouco a pouco o impacto da dor foi passando e Elisa tornou-se calma. À convulsão do início deu lugar ao livre curso das lágrimas sentidas que lhe aljofravam as lindas faces rosadas. Linda no seu pranto natural, mais linda no seu pranto doloroso.

A princípio Marcos quis viajar até Lucena para obter maiores detalhes a respeito da morte do rapaz, porém, a mulher achou que devia permanecer em casa dado o perigo que a viagem representava.

Os vizinhos souberam da morte de Antoninho e acorreram para consolar a moça. Muitos conheciam o rapaz e sabiam de suas intenções. Cada um procurou da melhor maneira confortá-la. Os dias foram passando. O tempo tem remédio para tudo, mesmo para a saudade que vai-se diluindo, se não morre em vida, acaba na morte, pois tudo debaixo do sol é vaidade. Do meio de lágrimas sentidas no início foi-se apagando a figura de Antoninho. Dias depois voltou ao trabalho duro, ao qual se dedicava agora com mais afinco. Lutava por esquecer. Em tudo, fosse no trabalho caseiro, fosse para atrelar os cavalos, fosse para arar terra Elisa estava sempre à frente. Somente não sorria mais aquele sorriso claro e gracioso que fazia dela um encanto angélico.

E dizia um vizinho metido a filósofo: — Anos a vida corre entre duas paralelas. Um destino cego, inevitável, e um destino que podemos mudar a nosso bel prazer. Quem poderia ter evitado a desgraça que caiu por cima do infeliz rapaz? Ninguém. O que temos de passar não podemos atirar às portas de ninguém. Temos de morder a fruta que nos

servirem, sem ser nosso o pedido. Esse é o destino cego que nos acompanha, que nos faz sofrer, que nos espreita, que nos arma ciladas, que estraga nossos projetos, que frustra nossos planos, que ri das fortunas que hoje existem e amanhã não são mais. Quantas vezes estamos com todos os trunfos na mão, subitamente, sem querer, sem saber por que? tudo o que foi planejado de modo tão sólido, lá se foi águas abaixo ao sabor da impetuosa corrente que o destino forjou. Quem pode garantir que o negócio que tenho em vista se concretize? Quem pode afirmar que o trabalho que tenho a realizar amanhã será feito? Posso contar com a saúde? Qual o êxito do meu trabalho? A humanidade vai jogando, se acerta, ganha. Se dá certo, tem lucro. Se conquista o lugar tem vantagem. E há ainda o fator sorte. Essa sendo adversa com um destino mau é o suficiente para que o indivíduo jamais consiga vencer na vida. Como uns jogam, planejam e acertam — sorte favorável, outros planejam, jogam e de acertar nem sombra

Os antigos romanos acreditavam que nem os deuses podiam controlar o destino, isto é, ele era mais forte, mais poderoso que eles.

Todos, os bons e os maus somos surrados pelo destino. Se me vão mal as finanças em contraposição tenho saúde. Os outros têm dinheiro a rodo. Têm os golpes do destino a atucanar-lhes a existência. Doenças em família, mortes, desastres. Um filho que seria toda a esperança da continuação de um negócio bem lucrativo, prematuramente levado nas garras da morte. Ou a infidelidade de um do casal a tornar toda a fortuna um inferno em vida.

Afirmam que o destino não existe. Existe. Há que distinguir. Se pretendo realizar um trabalho, um negócio, o meu destino é realizá-lo. Agora o que acontece para atrapalhar e não está previsto, isto é destino cego, fatal. Por que? Porque foi impossível arredar do caminho aquele obstáculo. E dizia o filósofo:

— Quero viajar amanhã. Deixo tudo preparado. O cavalo amanhece doente. Falta-me outro para substituir. Talvez um vizinho me empreste um e a viagem se realiza. Venci o destino. Certo. Mas o obstáculo, a doença do cavalo, que não pude evitar é o destino cego.

E tem mais. Uma doença pode ser remediada, se conhecemos os sintomas com que se apresenta. Às vezes pelos sintomas aplicamos o remédio que dúzias de vezes levantou o paciente, agora age ao contrário e o suplicante passa desta para a melhor. Destino cego. A pessoa cai inopinadamente morta. Conhecia, por ventura, o que devia fazer para evitar o seu fim. De modo algum. Isto é o que chamo fatalidade. Fatalidade, destino cego é o que não posso arredar do meu caminho.

E o Sampaio soltando uma cusparada, observou:

— O home assunta bem.

— Não fosse o destino cego, a fatalidade, Antoninho Camilo tinha chegado mais cedo ou passado mais tarde. Chegara sua hora e ele pagou o preço. Fosse favorável o destino e o teríamos vivo.

Esse discurso avivou a chaga de Elisa. Chorou muito nessa noite.

x x x

(Continua no próximo número)

CAIXA POSTAL

Professor GEORGE P. BROWNE — West Orange. N. J. U. S. A.
— Gratos pelas informações. Folgamos em saber que continua recebendo com regularidade "Blumenau em Cadernos".

Frei ERNESTO EMMENDOERFER — O. F. M. — Cochem. República Federal da Alemanha — Agradecemos sensibilizados suas referências à Fundação "Casa Dr. Blumenau" e à "Blumenau em Cadernos"; servem de estímulo para prosseguirmos nessa jornada.

Professor Dr. OSWALDO R. CABRAL — Florianópolis — Sua carta, com tão elogiosas referências, envaideceu-nos. Procuraremos manter viva a chama que nos empolga para as grandes realizações.

Frei BRAZ REUTER O. F. M. — Rheinbrohl. República Federal da Alemanha — Sensibilizados agradecemos notícias suas e regozijamo-nos em saber que aprecia "Blumenau em Cadernos" e que mensalmente aguarda a chegada.

THE LIBRARY OF CONGRESS OFFICE — Os exemplares solicitados ser-lhe-ão remetidos pelo correio registrado.

Professor THEOBALDO COSTA JAMUNDÁ — Florianópolis — Penhorados, agradecemos sensibilizados seu telegrama. Estímulo amigo nos conforta.

AFONSO LMHOF — Joinville — Seu pedido já foi atendido. Despachamos números solicitados.

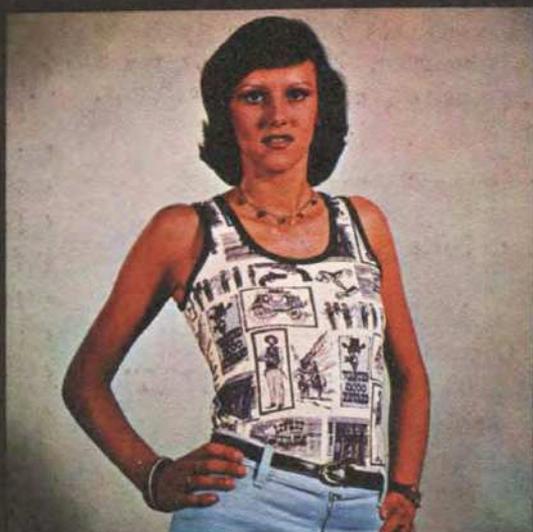
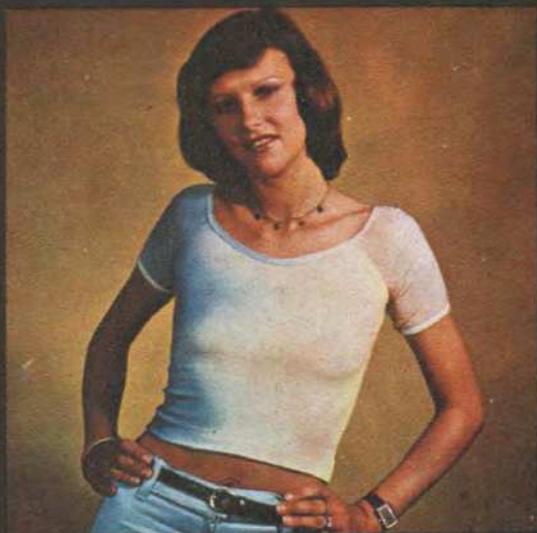
HERMANN BLUMENAU — Charlottenburg — Berlin — Resposta sua grata missiva já seguiu via aérea.

A Capa para o ano de 1976

A CAPA, que ilustra o presente número, tem como patrocinadores, a INDÚSTRIA TÊXTIL COMPANHIA HERING e a TIPOGRAFIA CENTENÁRIO, ambas de Blumenau.

O trabalho gráfico da Capa foi executado pela Tipografia Centenário que dia a dia, mais se impõe no ramo artístico com aprimorado serviço a cores. Somos gratos a ambas as renomadas firmas pela obsequiosa cooperação.

HERING NO ANO TODO



As Malhas Hering são coloridas e alegres como a primavera. Flexíveis, leves e macias, dão liberdade de movimentos no verão...

Cortes perfeitos, em todos os tamanhos, afastam o tédio e a tristeza dos dias outonais...

De puro algodão com fio

penteados, aquecem carinhosamente no inverno.

Passo o ano todo com Malhas Hering...

 **malhas Hering**
A malha jovem.

